



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

O Pequeno Agricultor africano: problemas que enfrenta e  
perspetivas sobre o seu futuro

André Filipe Ferreira de Almeida

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Estudos Africanos: Gestão do Desenvolvimento Social e Económico

Orientadora:  
Doutora Ana Catarina Larcher das Neves S. Carvalho, Professora Auxiliar Convidada  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2015

## Resumo

Os pequenos agricultores em África têm sido ameaçados por vários constrangimentos naturais, económicos, políticos e sociais ao longo das últimas décadas, que têm contribuído para o fracasso do desenvolvimento do setor agrícola no continente e inibido o alívio da pobreza e insegurança alimentar.

Desde a independência das nações africanas que se assistiu ao declínio da capacidade produtiva da agricultura no continente, pelo que atualmente, a maioria, dos pequenos agricultores dedicam-se a uma produção alimentar para autossuficiência. Os programas de ajustamento estrutural erodiram o tecido produtivo agrícola, posteriormente a ausência de investimento na agricultura e a concorrência estrangeira aliada a acordos agrícolas internacionais desfavoráveis a África inibiram a revitalização deste setor. Devido às fracas condições que o setor oferece, o pequeno agricultor tem procurado diversificar o seu portfólio de atividades, nomeadamente para fora da agricultura. Destaca-se que os rendimentos conseguidos em atividades não-agrícolas caracterizam-se por serem baixos e irregulares. No entanto, é através da manutenção desta estratégia que a pequena agricultura tem conseguido garantir a sua sobrevivência, ainda que de forma bastante deficiente.

Esta dissertação tem como objetivo compreender por que razão o pequeno agricultor é quem mais sofre de pobreza e insegurança alimentar no continente africano. Neste sentido, procura-se perceber como é que os agricultores perderam capacidade produtiva e quais os desafios que os impedem, em alguns casos, de assegurar a sua segurança alimentar. Apesar das suas fragilidades a pequena agricultura, é vista como detentora de um enorme potencial para reduzir a pobreza e insegurança alimentar no continente.

**Palavra-chave:** Pequena Agricultura, Segurança Alimentar, Pobreza, Agricultura.

## **Abstract**

Small farmers in Africa have been threatened by various natural, economic, political and social constraints over the past decades, which have contributed to the failure of the development of the agricultural sector on the continent and inhibited alleviation of poverty and food insecurity.

Since the independence of African nations a decline of the productive capacity of agriculture on the continent has been observed, so today the majority of small farmers are dedicated to food production for self-sufficiency. The structural adjustment programs eroded the agricultural productive fabric, besides that the lack of investment in agriculture and foreign competition combined with unfavorable international agricultural agreements to Africa, have inhibited the revitalization of this sector. Due to the poor conditions that the sector offers, the small farmer have sought to diversify its portfolio of activities, mainly out of the agriculture. It is noteworthy that the income from in non-agricultural activities is characterized by being low and irregular. However, it is by maintaining this strategy that small farming has been able to ensure its survival, albeit quite poorly.

This research aims to understand why the small farmer is the one who suffers most from poverty and food insecurity in Africa. In this sense, we seek to understand how these farmers lost productive capacity and which challenges they are still facing that prevents them, in some cases, to ensure their food security. Despite its weaknesses smallholder agriculture, it is seen as having an enormous potential to reduce poverty and food insecurity on the continent.

**Key words:** Small Farmers; Food Security, Poverty, Agriculture.

## **Agradecimentos**

A concretização desta dissertação não teria sido possível sem o apoio dos vários familiares, amigos e professores que através das suas histórias de vida e conselhos me impulsionaram e incentivaram a acabar este projeto.

Agradeço, antes de mais, aos meus pais pela sua presença e permanente apoio e suporte em relação às minhas decisões. Foram vitais para a vida e experiências que tenho tido.

Agradeço ainda à minha orientadora, Doutora Ana Catarina Larcher das Neves Santos Carvalho, por ter disponibilizado do seu tempo guiando-me neste percurso através das necessárias sugestões e correções.

# Índice

<b>Capítulo I – Introdução</b>	<b>1</b>
1.1. Definição do problema de investigação e justificação	1
1.2. Questões e objetivo de investigação	5
1.3. Metodologia de investigação	6
1.4. Estrutura da dissertação	6
<b>Capítulo II – Pequeno Agricultor em África</b>	<b>11</b>
2.1. Pequeno Agricultor	11
2.2. Heterogeneidades – as diferentes classes existentes na Pequena Agricultura	13
2.3. Conclusão	16
<b>Capítulo III – As políticas agrícolas desde a independência e os impactos no Pequeno Agricultor</b>	<b>17</b>
3.1. Das independências até ao primeiro choque petrolífero	17
3.2. Do primeiro choque petrolífero até aos PAE	18
3.3. Os Programas de Ajustamento Estrutural e os seus impactos na agricultura	20
3.4. Programas de Redução de Pobreza	26
3.5. Conclusões: da autossuficiência às migrações e insegurança alimentar	28
<b>Capítulo IV – Principais problemas do Pequeno Agricultor</b>	<b>30</b>
4.1. Problemas do Pequeno Agricultor	30
4.2. Desigual distribuição da terra e declínio no rácio terra/pessoa	31
4.3. Baixa produtividade devido ao acesso limitado a <i>inputs</i>	33
4.4. Guerras civis e má governação	35
4.5. VIH/Sida	38
4.6. Condições climáticas adversas	40
4.7. Regras do comércio internacional desiguais	41

O Pequeno Agricultor africano: problemas que enfrenta e perspectivas sobre o seu futuro

4.8. <i>Land grabbing</i> e produção de biocombustíveis	44
4.9. Grandes empresas agrícolas – <i>Contract farming</i> e <i>out-growing</i>	49
4.10. Conclusão	54
<b>Capítulo V – Que futuro para o Pequeno Agricultor</b>	<b>56</b>
5.1. O pequeno agricultor como motor do desenvolvimento agrícola	56
5.2. Perspectiva pró grandes empresas agrícolas	60
5.3. Conclusão	63
<b>Capítulo VI - Conclusão</b>	<b>68</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>73</b>

## Capítulo I - Introdução

### 1.1. Definição do problema de investigação e justificação

A agricultura africana é considerada, há muitas décadas como uma agricultura em crise. A gravidade do problema da insegurança alimentar, que voltou à agenda internacional aquando da crise dos preços dos alimentos em 2007/2008, chamou a atenção para os problemas da produção em África. Há muitos debates sobre a agricultura africana e como revitalizar esta agricultura. Esta tese foca-se sobretudo sobre os pequenos agricultores africanos, a sua capacidade produtiva e o seu papel na segurança alimentar. Muitas das análises apresentam posições contraditórias sobre estes pequenos agricultores, uns apresentando-os como o problema outros como a solução. São alguns destes debates que esta tese tenta esclarecer.

A literatura académica refere frequentemente que os pequenos agricultores africanos são quem mais sofre de pobreza e insegurança alimentar, apesar de serem os maiores produtores de bens alimentares de primeira necessidade de continente (Narayanan & Gulati, 2002). A pequena agricultura agrega o maior número de pessoas em África, no entanto é pobre em termos de ativos produtivos e domésticos, ao ponto de este grupo representar a maioria dos pobres e dos malnutridos do continente.

Por outro lado, muita desta literatura também versa sobre as potencialidades do pequeno agricultor para o desenvolvimento da agricultura em África. Segundo vários estudos o potencial da pequena agricultura para promover o crescimento económico, desenvolvimento rural, e alívio da pobreza em África é enorme.

Perante estas perspectivas face ao papel dos pequenos agricultores africanos surgem várias questões: Como é que os produtores de bens alimentares básicos que todos consomem, e a vasta maioria tem de pagar para os adquirir, são simultaneamente os mais pobres e os mais *food insecure* do continente? Será que isto foi sempre assim? O que aconteceu em termos de produção agrícola em África, e porquê? Isto é, quais são os obstáculos que o pequeno agricultor tem encontrado ao longo dos tempos na sua actividade, que o fizeram diminuir o potencial produtivo? Quais são os obstáculos que encontra hoje e que o impedem de atingir o seu potencial? Finalmente como é que podem atingir o seu potencial?

Existe uma vastíssima literatura que aborda estas questões mas, muitas vezes de uma forma fragmentada e partindo de perspectivas muito diferentes sobre a evolução da agricultura, os fatores limitantes e o seu potencial de desenvolvimento.

Esta tese propõe-se a fazer o ponto de situação sobre algumas das questões que se têm levantado em relação a estes assuntos tentando apresentar um fio condutor que permita uma melhor compreensão das transformações na agricultura africana, e dos desafios que se foram apresentando ao pequeno agricultor ao longo das décadas bem como o seu potencial de desenvolvimento na atualidade.

### **Justificação do problema**

Durante várias décadas, a produção agrícola em África foi relegada para segundo plano, especialmente desde a implementação dos programas de ajustamento estrutural (PAE) que promoviam o desengajamento do Estado da produção agrícola. Na viragem para o novo milénio, as preocupações e debates em torno do desenvolvimento agrícola ganham maior dimensão, devido aos fracos resultados dos PAE, assim como dos programas de redução da pobreza (PRP), bem como das crises alimentares.

As crises de preços dos cereais em 2007/2008 e 2011 provocaram revoltas em vários países africanos, dado o aumento dos preços alimentares base e levantaram também preocupações sobre a segurança alimentar em países industrializados devido ao aumento do custo das importações. Esta preocupação reflete-se numa das publicações mais importantes do Banco Mundial (BM), o *World Development Report for 2008* (World Bank, 2007), que apresenta argumentos sólidos em prol do investimento na agricultura para a redução da pobreza.

De dentro do continente africano tinham surgido também iniciativas de apoio e promoção à agricultura, cuja importância tinha sido descurada, emblemáticas do despertar de consciência dos seus líderes e da aceitação no domínio público da preocupação para com as questões da segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola. Em virtude desta nova consciência a União Africana lançou, em 2003, através do NEPAD a iniciativa *Comprehensive African Agricultural Development Program* (CAADP), com o objetivo de nortear os esforços dirigidos ao desenvolvimento agrícola africano e de reforçar o investimento no setor promovendo que os países aloquem 10% do seu PIB na agricultura (Mukonyora & Nixon, 2013).

No entanto, se na retórica política a atenção ao setor é plena, isso não se traduziu em investimento direto, e os governos continuam a fazer poucos investimentos de que o mundo rural e a agricultura carecem (aerportos, estradas, caminhos de comboio, portos, acesso a água e sistemas de irrigação, eletricidade, telecomunicações e instalações pós-colheitas nomeadamente armazéns e centros de processamento, etc.), bem como a manutenção ou funcionamento destas infraestruturas (Robbins & Ferris, 2003). Esta ausência de iniciativa é impeditiva de progressos futuros e indicativo da existência de outras prioridades dos governos africanos.

A negligência a que foi sendo votada a agricultura dura há várias décadas. Já René Dumond (1962) alertava para uma potencial crise da agricultura africana. Esta crise agudizou-se desde a implementação dos Programas de Ajustamento no início de 1980, que preconizavam a redução do Estado nos setores produtivos e em particular na agricultura. Wiggins *et al.* (2010) salienta ainda que a crise se deveu a distintas prioridades dos governos africanos e igualmente às incertezas sobre como desenvolver a agricultura no continente e qual seria o papel do pequeno agricultor neste processo. Desta maneira África tornou-se na única região em desenvolvimento onde a produção agrícola *per capita* caiu nas últimas três décadas e meia, apresentando a mais baixa produtividade agrícola do mundo acompanhada dos níveis mais elevados de pobreza e ajuda alimentar (Haggblade & Hazell, 2010).

Há diferentes perspetivas sobre os principais fatores limitantes que levaram à diminuição de capacidade produtiva dos pequenos agricultores africanos. Alguns autores prestam maior atenção a fatores internos relacionados com a governação, outros com questões climáticas e outros com o contexto internacional e a expansão do modelo neoliberal e de um comércio internacional com regras injustas.

A ausência de políticas sérias e concretas direcionadas ao setor agrícola foi e, é sem dúvida, um dos fatores referidos frequentemente como um dos mais determinantes. Ayittey (2005) destaca precisamente essa ideia, independentemente dos males externos e internos que afetam o continente, as suas más políticas agrícolas ou a ausência destas, ampliaram a dimensão dos problemas existentes e criaram outros. A má governação generalizada aliada à corrupção e ao favorecimento das elites políticas, a instabilidade económica e conflitos armados regulares bem como as fracas instituições e infraestruturas de cada país concorrem para a ineficiência das intervenções públicas na agricultura africana. Mais ainda são reveladoras da ausência de real interesse por parte dos líderes africanos (Asenso-Okyere & Jemaneh, 2011; Mosca, 2008; Collier, 2007).

Tendo acima referido a importância de boas políticas públicas e de governos comprometidos, alguns autores identificam as limitações climáticas como fatores que predisõem o continente a uma fraca produtividade. Em primeiro, o seu clima tropical é, em certa medida, prejudicial para a economia, devido à maior proliferação de doenças, às condições hostis para a criação de gado e produção agrícola (Collier & Gunning, 1999). No entanto, outras nações com o mesmo clima têm mostrado maiores progressos que África, sendo que muitos autores contestam estas interpretações sobre o clima como fator determinante na limitação da produção. Ainda assim é um fator a ter em consideração na análise do problema.

A qualidade dos solos africanos é fraca, a sua grande maioria são semiáridos pobres em micronutrientes e a queda de chuva é irregular (Collier & Gunning, 1999). Ademais 30% do solo africano é de baixo potencial para a agricultura e bastante vulnerável à erosão mostrando rápido declínio da matéria orgânica (Asenso-Okyere & Jemaneh 2011). Somente 60% do total da terra disponível é parcialmente adequada ao cultivo. Além disso estima-se que 65% da terra agrícola arável esteja em processo de rápida degradação e que aproximadamente 25% da terra degradada do mundo se encontre neste continente, não obstante possuir 60% da terra arável e fértil não cultivada do mundo (Asenso-Okyere & Jemaneh 2011).

Outro fator frequentemente apontado é a elevada taxa de natalidade e fertilidade que se faz sentir, ainda, em algumas partes do território africano. Colocando-se o problema do crescimento demasiado rápido da população, condicionando a agricultura e empregos nas zonas rurais e urbanas (Collier & Gunning, 1999). Segundo Kidane *et al.* (2006) e Haggblade e Hazell (2010) o crescimento demográfico anual do continente atingiu em média o valor de 2.6% não tendo sido acompanhado pelo crescimento anual agrícola, que atingiu apenas 2.4%, registando-se portanto uma redução na produção agrícola *per capita*, a qual contribui para o aumento da insegurança alimentar, da fome, da pobreza e ainda da importação de bens alimentares.

Assim, os obstáculos que se colocam aos pequenos agricultores são extremamente complexos havendo muitas perspectivas diferentes sobre o papel que estes tiveram e podem vir a ter na segurança alimentar e sobre os obstáculos que se levantam à produção agrícola em África.

Ainda em relação às estratégias de futuro para desenvolver a agricultura e sobre o papel do pequeno agricultor há muitas perspectivas que podem ser contraditórias: uns advogam uma estratégia a partir das bases em que a pequena agricultura teria um

papel fundamental no desenvolvimento económico e na segurança alimentar, outros defendem que esta é uma tarefa hercúlea com elevadas possibilidades de insucesso, tendo em conta o quão “desempoderado” o pequeno agricultor se encontra e defendem que o desenvolvimento tem de passar pela agroindústria.

Num contexto em que a agricultura volta a ter um papel importante nas estratégias de desenvolvimento importa portanto perceber quais são estas perspectivas sobre os fatores que limitaram o desenvolvimento do potencial da pequena agricultura e as estratégias para os superar.

## **1.2. Questões e objetivo de investigação**

Uma das questões que norteou esta investigação foi saber se a pequena agricultura africana tinha, na atualidade, a capacidade de garantir a segurança alimentar no continente.

Assim o primeiro esboço do documento procurava perceber qual o papel desempenhado pelo pequeno agricultor na segurança alimentar, ou seja, qual o contributo deste produtor para garantir a disponibilidade de alimentos no mercado africano. Indagava-se igualmente se o crescimento agrícola e subsequentes aumentos de produtividade seriam possíveis através da pequena agricultura.

Contudo, após algum trabalho preliminar averiguou-se que o assunto era demasiado amplo para as exigências do documento em causa, pelo que se teria de procurar afunilar o tema, focando os esforços num assunto mais específico.

Surge daí a necessidade de repensar todo o trabalho procurando manter intactas as intenções iniciais mas abordando um tema que fosse exequível dentro das normas impostas e no tempo disponível.

Esta dissertação procura perceber por que razão sendo a agricultura das atividades principais da população africana, a segurança alimentar em África não está garantida. Mais ainda por que razão os agricultores são quem mais sofre de insegurança alimentar.

Há também interesse em perceber como é que o pequeno agricultor perdeu capacidade produtiva. Nos anos 60 o continente era autossuficiente em termos alimentares, entretanto atualmente é um dos grandes importadores de bens alimentares do mundo. O que aconteceu ao longo das décadas que levou a esta situação?

Quais são os desafios que os pequenos agricultores africanos enfrentam ainda que lhe impedem, em certos casos de assegurar a sua segurança alimentar?

Apesar dos vários constrangimentos a pequena agricultura é vista como tendo potencial para assegurar a segurança alimentar do continente, o seu crescimento agrícola e redução da pobreza. Coloca-se a questão poderá esse potencial ser, efetivamente, realizado? E como seria atingido em caso de a resposta ser afirmativa?

### **1.3. Metodologia de investigação**

A pesquisa foi realizada utilizando o método qualitativo de revisão da literatura, amplamente usado no decurso da redação da tese. A revisão literária permitiu definir especificamente a problemática da investigação e o que se pretendia tratar, bem como circunscrever os problemas que afetam mais intensamente a pequena agricultura africana. Por esta razão o estudo em causa é descritivo e analítico.

A investigação foca-se essencialmente no pequeno agricultor africano e nos problemas que este enfrenta atualmente para a prossecução da sua atividade, contemplando ainda os efeitos das políticas públicas para setor da agricultura. Para a recolha de informação socorreu-se de publicações revelantes, e de autores que possuíam créditos firmados na reflexão e análise dos assuntos tratados.

### **1.4. Estrutura da dissertação**

A presente dissertação estará distribuída ao longo de 4 capítulos que serão apresentados de seguida.

**Capítulo I, Introdução**, começa por clarificar o problema e questões de investigação subjacentes a este trabalho. Procura ainda justificar a sua pertinência e explicar as metodologias usadas.

Este capítulo de forma sucinta destaca algumas ideias que irão ser posteriormente tratadas.

No **capítulo II** pretende-se articular e clarificar o conceito de **Pequeno Agricultor**, vital para definir e compreender quem é referido quando se usa o termo em causa. Para uma maior clarificação do pequeno agricultor é feita uma breve contextualização das sociedades agrárias africanas e do papel das mulheres na pequena agricultura, uma vez que estas desempenham um papel importante na produção.

Este capítulo não só procura identificar as características comuns do pequeno agricultor africano mas expõe também as suas distintividades. De facto, este grupo pauta-se por ser relativamente heterogéneo, distinguindo-se agricultores cujo objetivo da sua produção é o mercado ou outros que se dedicam à subsistência, embora na maioria dos casos estas não sejam categorias estanques. Uma vez que agricultores de subsistência fazem uso do mercado para procederem a trocas comerciais de compra e venda, e os agricultores comerciais produzem na sua terra para subsistência do agregado. Tanto os que orientam a sua produção para os mercados internacionais como os que produzem principalmente para a sua autossuficiência enfrentam desafios, embora diferentes.

O **capítulo III** foca-se nas transformações agrícolas nos últimos 50 anos, nomeadamente no impacto das políticas públicas na pequena agricultura. Este capítulo reveste-se de grande importância para o desenvolvimento do tema central desta dissertação, tendo em conta que é através desta perspectiva histórica sobre o impacto das políticas que melhor podemos compreender as raízes profundas dos atuais problemas do pequeno agricultor.

Para analisar essas mudanças serão contemplados três períodos distintos: (1) primeiros anos da pós-independência, até ao fim de 1970; (2) período de implementação dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) a partir da 1980; (3) pós-PAE e os Programas de Redução de Pobreza (PRP), atualmente em vigor.

O ponto (1) abarca os primeiros 20 anos de independência das nações africanas, procurando perceber quais foram as políticas públicas dirigidas ao setor agrícola durante esse período e os seus efeitos na pequena agricultura. Distinguem-se dois subperíodos desde a independência até à crise petrolífera de 1973, e daí até ao fim da década de 70.

O ponto (2) apresenta as linhas gerais dos programas de ajustamento estrutural que começam a ser implementados, no início de 1980, um pouco por todos os países africanos. Posteriormente a atenção recai sobre as medidas dos PAE para o setor agrícola, para logo de seguida se referirem as críticas mais comuns aos programas em causa, e as consequências da sua implementação para o pequeno agricultor.

Face aos impactos sociais negativos que muitos dos PAE tiveram, inicia-se uma nova era com os Programas de Redução de Pobreza, os quais serão analisados no ponto (3). Estes programas são entendidos como uma contramedida face às políticas de forte cariz neoliberal tomadas nas duas décadas anteriores, que levaram ao

recrudescimento da pobreza em África e ao aumento do mau estar entre os mais pobres. Procura-se perceber o que diferencia estes programas dos que foram por eles substituídos, o que trazem de novo e quais as críticas que lhes são dirigidas bem como os seus contributos para o desenvolvimento agrícola africano.

No último ponto deste capítulo, migrações e insegurança alimentar, analisa as consequências para o pequeno agricultor dos programas promovidos pelas OFI ao longo destes anos, tendo em conta os dois parâmetros mencionados. Discute com brevidade o fenómeno migrações e subsequente abandono dos campos em prol de atividades não agrícolas nas zonas rurais e urbanas de forma a diversificar os rendimentos do agregado familiar. Por seu lado, o abandono dos campos conduz a um declínio da produção agrícola entre o pequeno agricultor acentuando a insegurança alimentar.

No **capítulo IV, Principais Problemas da Pequena Agricultura**, à luz do que foi anteriormente comentado face às transformações agrárias e aos impactos das políticas públicas e nomeadamente as promovidas pelas Organizações Internacionais, serão discutidos e analisados em detalhe os constrangimentos internos e externos que mais afetam a pequena agricultura.

Ao longo da dissertação foram sendo mencionados, ainda que de forma breve, alguns dos problemas que o pequeno agricultor enfrenta atualmente. Assim o presente capítulo irá analisar estes problemas com maior detalhe e profundidade. A seleção dos presentes constrangimentos deveu-se ao facto de serem os mais amplamente comentados na literatura revista. No entanto, verificou-se, em vários casos, que a referência não vinha procedida de uma explicação para a sua relevância.

Atingir uma produção agrícola estável, capaz de satisfazer as necessidades da população, requer a existência de várias condições que não se verificam presentemente em África. Neste continente, mais de metade da população (63%)<sup>1</sup> está instalada nas zonas rurais, que enfrentam continuamente situações de insegurança alimentar e pobreza. Ambos os fenómenos têm sido intensificados com guerras civis bem como má governação, não esquecendo as condições climáticas adversas (como as cheias e secas) ou a degradação dos recursos naturais que influem negativamente nos níveis de produtividade do pequeno agricultor. O VIH/Sida adicionou uma nova

---

<sup>1</sup> <http://data.worldbank.org/topic/agriculture-and-rural-development>

dimensão às questões da pobreza e insegurança alimentar, contribuindo para a baixa produtividade e para elevados níveis de mortalidade adulta.

Se é certo que, a nível interno, os problemas de governação tiveram impactos negativos no desenvolvimento agrícola, também as políticas promovidas pelas organizações internacionais, não tiveram os impactos positivos esperados. Desde a liberalização dos seus mercados os países africanos enfrentam a concorrência dos países industrializados, principalmente Europa e Estados Unidos, que subsidiam os seus produtores agrícolas nacionais e, elevam barreiras às exportações africanas. Estas medidas têm sucessivamente minado o tecido produtivo africano e impedido em certa medida o crescimento do setor agrícola. Apesar das várias propostas por parte dos governos africanos para serem revistos os acordos agrícolas internacionais, poucos avanços foram feitos que promovam um ambiente comercial mais justo, onde os países africanos não sejam diretamente lesados.

A recente expansão de interesse por parte das agroindústrias face a África pode ser perspectivado como uma oportunidade bem como problema. A agroindústria pode ser favorável ao pequeno agricultor, nomeadamente se por parte dos governos africanos forem acautelados, através de legislação e sua implementação, os possíveis impactos negativos económicos, sociais e ambientais da sua acção. A explosão de interesse, que tem por base o aumento internacional do preço dos alimentos em 2007-08 e o aumento do preço do petróleo, configurou-se num investimento forte em África para a produção de biocombustíveis e de alimentos para assegurar a segurança alimentar de determinados países. Refletiu-se, por isso, na aquisição de centenas de milhares de hectares de terra.

Por outro lado a agroindústria também atua através de esquemas de contratação (*contract farming* e *out-growing*), onde agricultores são contratados para produzirem uma determinada cultura, adquirindo por parte da empresa que os contrata os *inputs* e formação necessária à tarefa em causa. Em relação a estes tópicos o debate centra-se na intenção de perceber como tem contribuído a agroindústria para o desenvolvimento agrícola, nomeadamente os seus impactos no pequeno agricultor.

Posto isto, o **Capítulo V, Futuro da Pequena Agricultura**. Versa exatamente sobre o potencial da pequena agricultura que ainda está por realizar. A abordagem proposta divide-se em dois pontos, primeiramente apresenta-se o modelo que argumenta em favor do investimento nos pequenos agricultores e por isso num crescimento promovido pelas bases. Posteriormente, num segundo momento, a tónica é colocada na

apresentação do modelo favorável às grandes empresas comerciais agrícolas, e investimento em outros setores de atividade em detrimento da agricultura. Posto isto, o capítulo encerra com uma breve conclusão, sumariando as dificuldades associadas a cada um dos modelos, e em certos pontos as suas complementaridades.

Posto isto, o **Capítulo VI**, apresentará as **Conclusões** a retirar sobre esta dissertação, sumariando as ideias-chave que emergiram da investigação em curso e apontando caminhos para futuras investigações.

## **Capítulo II - O Pequeno Agricultor Africano**

### **2.1. Pequeno Agricultor**

Neste capítulo ir-se-á apresentar o conceito de pequeno agricultor, e com o intuito de se aprofundar conhecimento sobre este grupo será realizada uma breve contextualização das sociedades agrárias onde vive. O propósito do capítulo passa por clarificar o conceito e destacar as características deste agricultor bem como as suas heterogeneidades.

Na literatura são muitos os termos usados para designar o pequeno agricultor (africano). Entre eles destacam-se agricultores de pequena dimensão, agricultores familiares, pequenos proprietários agrícolas ou campesino agrícola (Nagayets, 2005). Alguns correspondem a diferenças conceptuais embora haja pontos comuns entre todos. Neste documento, o termo Pequenos Agricultores será empregado mais habitualmente.

Por pequeno agricultor considera-se, neste documento, aquele que é pobre em recursos, e não necessariamente o que possui uma parcela de terreno com mais ou menos hectares. Veja-se o caso dos agricultores africanos que possuem extensões de terra ligeiramente superiores a 5 hectares, mas que cultivam solos degradados de fraca fertilidade, não dispoem de fertilizantes, sementes melhoradas ou irrigação. Por não terem recursos para adquirir meios de produção mais adequados obtêm uma produtividade muito reduzida da sua terra, mesmo apesar de esta ser uma superfície maior.

Este pequeno agricultor representa segundo Ayittey (2005), o africano médio – camponês pobre e iletrado, situado nas regiões rurais, cuja ocupação primária é a agricultura. Possui uma família de grande dimensão, com uma ou mais esposas, e vive sob a autoridade tradicional do chefe da vila. Há luz do mesmo autor o camponês possui uma forte ligação à sua comunidade, ao seu chefe, e às crenças e tradições do seu grupo de pertença, para além de ter um lado espiritual bastante forte, acreditando

no sobrenatural e na existência de espíritos enquanto agentes ativos, premiando e castigando determinados comportamentos do camponês.

Em geral as sociedades agrárias africanas caracterizam-se por elevadas taxas de natalidade e atualmente taxas de mortalidade bastante mais baixas do que no passado, o que levou ao rápido crescimento da sua população. A maioria da população encontra-se engajada em atividades agrícolas de baixo rendimento e produtividade onde também participam crianças, as quais representam um elemento essencial do suporte familiar (Levine & Levine, 1985). Para estas sociedades a produção de comida é uma das suas principais prioridades e, em certa medida, organizam os papéis de género à volta desse objetivo (Levine & Levine, 1985).

O cultivo da terra segue na generalidade dos casos a tradicional divisão sexual do trabalho (Ayttey, 2005). O homem é quem detém maior poder e reconhecimento, em grande parte devido ao facto de as suas atribuições terem lugar na esfera pública. A sua primeira atribuição centra-se na defesa da sua terra e da comunidade, mas são igualmente responsáveis pelos animais de grande porte, por limpar a terra, plantações agrícolas para exportação, construção de infraestruturas, caça e assuntos da comunidade (Levine & Levine, 1985).

Para as mulheres a maternidade representa a sua grande responsabilidade, essencialmente porque a produção alimentar requer trabalho intensivo, preferencialmente gratuito, o que exige que o agregado disponha de força laboral que possa ser usada (Levine & Levine, 1985; Kroma, 2013). Para além da sua atribuição enquanto cuidadores, são ainda responsáveis pelas atividades domésticas e produção alimentar para o agregado. Dentro destas sociedades, por vezes, possuem ainda outras tarefas secundárias geradoras de rendimento como sejam a confeção e venda de carvão e alimentos, venda de produtos hortícolas e frutícolas e revenda de produtos importados (Costa, 2005).

Na África Sub-Sahariana, as mulheres produzem entre 80 a 90% da comida consumida no agregado (Amalu & Gottwald, 2004). Todavia, se tivessem o mesmo acesso aos bens produtivos que os homens conseguiriam aumentar a sua produção entre 20 a 30%, os quais seriam mais intensamente investidos em saúde, educação e nutrição da família (Kroma, 2013).

As desvantagens enfrentadas diariamente pelas mulheres vão do acesso à terra (providenciam 75% do trabalho agrícola mas apenas possuem 1% da terra) (Kroma, 2013), às tecnologias agrícolas (onde se inclui sementes melhoradas e fertilizantes).

Essas iniquidades estendem-se ao acesso a serviços agrícolas, financeiros e acesso ao mercado e informação.

## **2.2. Heterogeneidades – as diferentes classes existentes na Pequena Agricultura**

“Os pequenos agricultores não são um grupo homogêneo. Existem vários grupos de pequenos agricultores (...)” (King, 2005: 75). Enquanto classe social os pequenos agricultores são internamente bastante distintos. Podemos encontrar essa diferenciação de classe presente nos recursos de que dispõem, e no acesso aos mesmos, ou ainda na orientação para o mercado e, nos níveis de vulnerabilidade ao risco (Zhou, 2010).

Apenas uma minoria de pequenos agricultores, não mais de 10%, consegue tirar proveito das condições de mercado vigentes, acumulando recursos de forma a aumentar a escala da sua produção e comercialização, tornando-se agricultores capitalistas (Oya & Santamaría, 2007). Estes, em virtude de seu modo de produção, necessitaram de contratar um maior volume de força laboral extrafamiliar.

Outros demonstram ser capazes somente de reproduzirem o seu capital e trabalho a um nível constante. A sua produção é dirigida para o mercado e para subsistência.

A maioria dos pequenos agricultores não beneficiam das condições de mercado atuais, nem são capazes de obter um nível adequado de rendimentos que lhes permitam sair da sua situação de pobreza. Devido à sua fraca produtividade, estes agricultores procuram outras fontes de rendimento, nomeadamente fora da agricultura, para garantirem a sua sobrevivência e do seu agregado familiar (Bernstein & Oya, 2014; Oya & Santamaría, 2007).

Segundo esta estrutura Bernstein e Oya (2014) estabelecem três classes dentro do pequeno agricultor: os ricos, médios, e pobres. Ainda sobre este assunto Wegner e Zwart (2011) oferece-nos um enquadramento complementar estabelecendo dois polos dentro do pequeno agricultor, os que orientam a sua produção para a subsistência ou para o mercado.

### **Pequenos Agricultores de Subsistência**

Entre os agricultores de subsistência, existe um subgrupo mais empobrecido e vulnerável, são os “agricultores marginais” (Kent & Poulton, 2008). Estes indivíduos vivem essencialmente da sua atividade agrícola e mesmo assim encontram-se com frequência numa situação de fome e de insegurança alimentar. A agricultura não lhes providencia os bens alimentares necessários nem rendimentos adequados, prendendo-os num ciclo vicioso de pobreza.

Por outro lado, as atividades não-agrícolas que podem exercer são de fraca remuneração e regularidade, por isso também não podem depender delas para guiar a sua vida e abandonarem os campos.

Dentro deste contexto encontram-se numa encruzilhada tendo em conta que nenhuma das ocupações lhes permite obter rendimentos suficientes. Por essa razão dividem o seu tempo entre tarefas agrícolas e não agrícolas, todas de baixo risco, de forma a diversificarem as suas fontes de rendimento.

Observa-se que devido à sua ineficiência enquanto agricultores, estão a ser empurrados para fora do setor devido aos crescentes constrangimentos que enfrentam. Para a FAO (2009) a médio e longo prazo a situação dos “agricultores marginais” tornar-se-á ainda mais insustentável, vão ter de migrar para fora do setor e, dedicar-se quase única e exclusivamente a atividades não agrícolas de fraca rentabilidade.

Enquanto agricultores de subsistência, o seu objetivo é a autossuficiência do agregado familiar. A sua produção realiza-se com instrumentos de trabalho rudimentares recorrendo a uma força de trabalho intensiva, gratuita, familiar e pouco qualificada (Mosca, 2008). É praticamente nulo o acesso a meios de produção modernos (fertilizantes, sementes melhoradas, irrigação, tecnologias e ferramentas), a recursos financeiros (créditos e seguros), para além da área cultivada ser de pequena dimensão situada num ambiente desfavorável à atividade agrícola. Logo mediante estas condições desfavoráveis, o *output* obtido é mínimo, e por isso encontram-se longe de serem autossuficientes.

Em geral os pequenos agricultores de subsistência estão de tal forma fragilizados, que segundo Wegner e Zwart (2011), mesmo com aumentos substanciais de produtividade, não serão capazes de abandonar a situação de pobreza na qual se encontram retidos. Não obstante esses aumentos de produtividade contribuiriam para a melhoria da autossuficiência e da segurança alimentar, assim como para um acréscimo de rendimentos, advindos de produção vendida nos mercados locais.

Através da produção para subsistência este agricultor evita alguns problemas associados ao mercado (volatilidade dos preços e incertezas no abastecimento), e garante que, pelo menos em parte, consegue prover os alimentos essenciais ao agregado familiar (Binswanger-Mkhize & Byerlee, 2009).

A sua dependência face aos mercados é menor, pois centram a produção nas necessidades do agregado. Contudo continuam a usar os mercados locais para adquirirem os bens em falta. Oya e Santamaría (2007) referem que o seu uso do mercado acontece em períodos distintos do ano, e a escalas e preços diferentes.

### **Pequenos Agricultores Comerciais**

Estes agricultores são fortemente orientados para o mercado e encaram a sua atividade como um negócio lucrativo. O negócio agrícola é inteiramente controlado pelo agregado familiar, e sobre ele recai a responsabilidade de gerir e supervisionar toda a produção. Em alguns casos possuem empregados assalariados a tempo inteiro, para além de realizarem contratações sazonais para tarefas mais intensivas (Wegner & Zwart, 2011). Mosca (2008) esclarece que a contratação de força laboral dentro deste grupo não é uma situação comum.

Partilham várias das características associadas com pequeno agricultor de subsistência. Cultivam terra pouco fértil ou degradada, encontram-se distantes de vias de acesso e dos mercados, detêm uma quantidade bastante limitada de ativos e recursos, possuem fraco acesso a empréstimos, seguros, infraestruturas e formação em novas técnicas agrícolas. Estes constrangimentos bem como a fraca capacidade de negociação e *marketing* impedem maior participação deste ator no mercado.

O pequeno agricultor comercial cultiva, em simultâneo, produtos de subsistência para consumo interno e produtos de uso comercial (*cash-crops*), aos quais dedica grande parte da sua propriedade, maior atenção e esforço. O seu sistema de produção juntando variadas culturas numa parcela de terreno permite-lhe prevenir-se contra a instabilidade de preços das *staples crops* no mercado (Wegner & Zwart, 2011).

Para Binswanger-Mkhize (2009) este é o produtor africano que se encontra mais bem posicionado para conquistar os mercados domésticos e regionais africanos. Ele possui conhecimento acerca dos sistemas de distribuição, para além de conseguir produzir a um baixo preço devido ao uso maioritário de mão-de-obra gratuita. Condição que representa uma vantagem competitiva em relação aos produtos importados,

encarecidos devido aos custos de transporte (excetuando situações de *dumping* de produtos altamente subsidiados).

Porém essa conquista é retardada devido à fraca produtividade destes e à existência de ineficiências na logística interna e elevados custos de transporte/distribuição.

### **2.3. Conclusão**

Este capítulo procurou clarificar o que se entenderá doravante por pequeno agricultor, as suas características e o tipo de sociedade em que habita, bem como as suas crenças e costumes. Ainda que esta caracterização tenha sido bastante breve permitiu enaltecer alguns dos principais atributos deste produtor, entre os quais se destacam o facto de ser pobre em recursos, possuir por norma um terreno de pequenas dimensões, a sua produção seguir na generalidade dos casos a tradicional divisão sexual do trabalho (em que as mulheres ficam responsáveis pela produção alimentar e os homens pelas culturas para exportação e por atividades não agrícolas o que os leva a migrarem).

Ainda que tenham sido aqui tratadas as questões da agricultura de subsistência e comercial como conceitos diferentes elas não são estanques, e a maioria dos pequenos agricultores praticam uma produção mista. Os pequenos agricultores comerciais dedicam parte da sua terra à produção alimentar com o propósito de garantir a subsistência do seu agregado, e por sua vez os aqueles que se focam principalmente na produção alimentar também fazem uso do mercado para comprar e vender, mas em períodos e condições diferentes (Oya & Santamaría, 2007). A pequena agricultura africana é bastante heterogénea entre si, possuem objetivos de produção distintos, desiguais acessos aos fatores de produção e ao mercado.

Também as condições agrícolas dentro dos países Sub-Saharianos variam bastante. Neste aspeto África está longe de ser homogénea verificando-se uma diversidade de situações dentro de uma país assim como entre países. Diferentes países fizeram distintos investimentos na sua agricultura, uns orientando mais para os mercados internacionais, outros para a produção alimentar, outros ainda investiram em outros setores que consideraram mais proveitosos e lucrativos e dependem de maior dimensão das importações alimentares. África é um continente muito grande e apresenta uma variedade de situações que não poderão ser devidamente exploradas nesta dissertação.

## **Capítulo III - As políticas agrícolas desde a independência e os impactos no Pequeno Agricultor**

### **3.1. Das independências até ao primeiro choque petrolífero**

Neste capítulo serão aprofundadas as consequências das políticas agrícolas nacionais e internacionais para o pequeno agricultor. Como tal, em primeiro lugar serão analisadas as medidas agrícolas realizadas pelos países africanos após a independência até inícios dos anos 80 com o propósito de averiguar o impacto dessas medidas no desenvolvimento do setor agrícola. Posteriormente a atenção será focada nos programas de ajustamento estrutural e suas consequências para a agricultura africana e, logo de seguida serão contemplados os programas de redução de pobreza. Pretende-se averiguar o que aconteceu em termos de políticas agrícolas em África que conduziram ao declínio da produção.

O processo de descolonização africana começa depois da II Guerra Mundial e a maioria dos países conquista a sua independência na década de 50 e 60 do século XX (Robbins & Ferris, 2003).

Neste período, as vibrações de esperança num futuro promissor faziam-se sentir, e os governos destas recém-independentes nações africanas encontravam-se munidos de uma intensa vontade de darem provas ao resto do mundo da sua capacidade de governar. Pelo que o desejo que realizar obra era imenso, mais ainda agora que estes países estavam livres da obrigação de terem de servir as necessidades do mercado das metrópoles, e podiam dedicar todas as suas atenções às necessidades domésticas e ao mercado interno (Collier & Gunning, 1999).

Apesar da independência, os governos africanos em geral deram continuidade aos modelos de produção agrícola já existentes. A expansão das culturas de exportação nos anos 60 foi uma realidade, estas singraram face à produção para autossuficiência.

Dentro da agricultura elas foram o grande motor de crescimento. No entanto, os governos dos vários países seguiram percursos muito diversificados. A título de exemplo, o Quênia optou por investir no pequeno agricultor e nas culturas para consumo doméstico, por sua vez, o Malawi focou a sua atenção em empresas agrícolas comerciais de grande escala e culturas de exportação, resultando na estagnação da produção *per capita* do pequeno agricultor (Lele, 1989).

As primeiras décadas de independência foram, em muitos países, um período de forte influência socialista que se fazia sentir nos investimentos na indústria e agricultura. Muitos líderes africanos deram prioridade nas políticas de investimento à industrialização do país, que viam como a grande força motriz do crescimento económico. Em contraponto, a agricultura era vista como o filho menor do crescimento económico (Ayittey, 2005).

Ainda assim durante os anos de 1960, os países africanos redobram o seu esforço em desenvolver o setor agrícola, o que conduziu à diminuição dos custos de transporte e ao melhoramento dos rendimentos dos agregados familiares (Delgado, 1995). As estratégias de desenvolvimento incluíam investimento em infraestruturas rurais, tecnologia de produção, reformas da terra, e programas de promoção de crédito, e de controlo dos preços (Bonilla & Robinson, 2009).

Estes investimentos permitiram ainda que os pequenos agricultores participassem em programas Estatais de subsidiação de *inputs* produtivos (fertilizantes e sementes), contribuindo para valiosos acréscimos produtivos. Enquanto estratégia de fomento da agricultura vários governos africanos pagavam uma remuneração fixa pela produção do agricultor, independentemente dos custos de transporte. Estas medidas rapidamente desencadearam aumentos rápidos de produtividade e de produção (Bryceson, 2009).

Na primeira década de independência mesmo com os experimentalismos associados ao investimento na indústria e agricultura, o continente conseguiu ainda assim ser autossuficiente em termos de produção alimentar, para além de ser um exportador alimentar (Bello, 2008). Alguns anos depois este continente viria a depender das importações alimentares, perdendo anos após anos a sua capacidade para produzir o seu próprio alimento.

Este foi um período de construção de infraestruturas em saúde, educação e transportes para fomentar os processos de industrialização e de desenvolvimento agrícola. Alguns países africanos contraíram grandes empréstimos para financiar os

empreendimentos que tinham planeado (Illife, 1999), o que é uma das raízes dos problemas das décadas subsequentes.

### **3.2. Do primeiro choque petrolífero até aos PAE**

África entra na década de 1970 provando ser autossuficiente em termos alimentares, mas o declínio progressivo do continente começa após o primeiro choque petrolífero. No entender de Bryceson (2000) o aumento meteórico do preço do petróleo vaticinou o fim dos anos de ouro da economia africana. Illife (1999) reporta ainda que a quota de comércio mundial de África atingiu os níveis mais baixos de sempre, tendo a dívida pública entre os anos 1970 a 1976 quadruplicado. Os países deixaram assim de conseguir pagar as suas dívidas.

Os transportes terrestres essenciais para as trocas comerciais dentro do continente tornaram-se proibitivamente caros. Os governos africanos gastaram as suas poupanças ao manterem sob sua alçada os serviços de transporte fundamentais para o desenvolvimento da agricultura e indústria. A crise viria a marcar um ponto de viragem na relação entre Estado, agricultores e mercado.

Se a década anterior tinha sido já caracterizada por uma forte intervenção estatal no setor agrícola, os anos 70 seguiram em muitos países a mesma trajetória de investimento. A partir de 1973, devido à crise petrolífera e ao aumento mundial do preço do arroz em 1975, aumentaram as preocupações sobre a produção doméstica alimentar africana (Delgado, 1995).

Os governos africanos foram incentivados a realizarem um forte investimento em programas para melhorarem a produção alimentar (Cabral & Scoones, 2006). E um pouco por todo o continente a resposta política a estes dois choques passou pelo aumento da produção alimentar (Delgado, 1995), realizando-se investimentos em *inputs* agrícolas, tecnologia, investigação e marketing (Cabral & Scoones, 2006).

A produção alimentar foi considerada estratégica em África (Delgado, 1995), porque em primeira instância possibilitava a satisfação de uma necessidade primária, em segundo o mercado internacional de alimentos começava, com a subida do preço do arroz, a mostrar alguma volatilidade.

No entanto, com a queda acentuada dos juros internacionais, reavivaram-se as ambições, por parte dos governos africanos, de construir uma África industrializada.

Os investimentos na agricultura, seja culturas de exportação ou produção alimentar foram negligenciadas, em prol das indústrias urbanas (Delgado, 1995; Cabral & Scoones, 2006). Como resultado a produção agrícola caiu, as exportações estagnaram e a dependência face às importações alimentares cresceu substancialmente. Conduzindo a perdas enormes para o continente, a começar pela sua maior fonte de receitas que eram as exportações para os mercados internacionais, depois a sua autossuficiência alimentar.

Em 1979, após anos de más políticas económicas e de arrastamento da economia africana, sempre acompanhada por uma dívida crescente que os governos não conseguiam aliviar, ocorre outra crise petrolífera e subsequente aumento do preço internacional do petróleo.

Este acontecimento internacional acabaria por esmagar as economias africanas que já se encontravam débeis e em declínio há vários anos. O continente deparava-se com graves problemas, sendo o calcanhar de Aquiles a enorme dívida pública que possuía, ao qual se juntava ainda o encerramento dos mercados internacionais que deixaram emprestar dinheiro aos países africanos. Somavam-se ainda outros problemas como os termos de troca adversos, gastos exorbitantes realizados pelos governos africanos em construções megalómanas, e a queda do preço das exportações de matérias-primas face aos bens importados (Kerr, 2013).

### **3.3. Os Programas de Ajustamento Estrutural e os seus impactos na agricultura**

A generalidade dos países africanos entra na sua terceira década de independência com as suas económicas destruídas e, o seu setor agrícola com uma performance e capacidade produtiva amplamente danificada.

Logo no início da década de 1980 solicitaram o apoio das Organizações Financeiras Internacionais (OFI) – Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) – para financiamento das suas economias e revitalização do seu principal setor produtivo, a agricultura. Aquando da concessão destes empréstimos definiram-se também as medidas económicas de cariz neoliberal, que teriam de ser implementadas pelos países africanos. Estas medidas foram denominadas de Programas de Ajustamento Estrutural.

O diagnóstico realizado pelas OFI, apresentava enquanto problema central, o excesso de envolvimento do Estado na economia (Bryceson, 2009). Estas instituições tinham como principal objetivo garantir que os países devedores continuassem a ser merecedores de crédito (Friedmann, 1996), para tal, estes países teriam de ser capazes de honrar os seus compromissos perante a comunidade financeira internacional. Desta maneira, o que estava efetivamente em causa era o pagamento da dívida aos financiadores internacionais, pelo que as estratégias para o desenvolvimento e crescimento da economia promoviam especialmente medidas que fomentassem o pagamento da dívida no mais breve prazo possível.

Assim em termos gerais as medidas propostas nos PAE eram: liberalização das trocas comerciais, cortes nas despesas do Estado, e promoção do investimento direto estrangeiro. Para tal os PAE previam: baixar os níveis de inflação; equilibrar as contas da balança de pagamentos e aumentar as exportações; liberalizar os preços e as taxas cambiais; aumentar a capacidade do setor industrial privado; baixar os níveis de desemprego procurando fomentar o setor privado da economia, ao mesmo tempo procediam a despedimentos no setor e empresas públicas (Hope, 1997; Iliffe, 1999; Mosca & Zanzala, 2006).

Como ficou desde logo claro, pretendia-se diminuir o papel do Estado na economia reduzindo onde fosse possível as despesas deste. Para tal, procederam-se a despedimentos, ao corte de subsídios a bens e serviços, bem como à correção das tarifas dos serviços fornecidos pelas empresas públicas, ajustando os preços aos reais custos de produção e comercialização.

Os responsáveis pelo desenho dos PAE, estavam convencidos que a melhor maneira dos países africanos conseguirem modernizar as suas economias, seria incentivando a entrada de capitais através do investimento estrangeiro em infraestruturas para preparar o caminho a uma nova era de industrialização.

Procuravam ainda refinar a competitividade dos países africanos no mercado global. Investindo intensamente nas áreas onde cada país tinha uma vantagem competitiva no mercado internacional face ao resto do mundo. No caso dos países africanos era na produção de produtos agrícolas e exploração de recursos naturais, como as florestas, pescas e minérios (Robbins & Ferris, 2003). Neste sentido, o que se esperava era que o investimento estrangeiro investisse fortemente nestas áreas, criando postos de trabalho e distribuindo riqueza.

### **Medidas dos PAE para o setor agrícola africano**

As medidas associadas aos PAE viriam a causar profundas transformações nos mercados agrícolas, o que fragilizou capacidade económica do camponês africano (Bryceson, 2000). Pelas suas características estes programas representaram um fim claro de todos os apoios Estatais à atividade agrícola e ao fomento da produtividade.

Para o setor agrícola os PAE pretendiam: aumento da produção e produtividade agrícola; aumento das exportações agrícolas; melhoria nos rendimentos dos agricultores; e a segurança alimentar (SAPRIN, 2004). Tudo isto seria atingido através do investimento privado.

Sucintamente estas foram as principais medidas tomadas pelas OFI para reformar o setor (Ayittey, 2005; SAPRIN, 2004):

- Redução do investimento direto do Estado na produção, distribuição e *marketing* de *inputs* agrícolas e mercadorias;
- Remoção de subsídios aos *inputs* agrícolas e crédito;
- Remoção de incentivos e subsídios governamentais ao setor agrícola;
- Privatização do *marketing* agrícola;
- Liberalização do comércio de importação e de exportação;
- Liberalização da taxa de câmbio, de forma a eliminar o aumento do valor da moeda;
- Controlo da inflação;
- Criação de incentivos à exportação para o setor privado.

Devido a estas medidas, a produção agrícola em alguns países aumentou e em outros permaneceu estagnada ou declinou. Neste sentido, também algumas culturas agrícolas aumentaram em detrimento de outras que diminuiriam (SAPRIN, 2004). Robbins e Ferris (2003) comentam que, por vezes, a expansão das exportações ocorreu à conta da produção alimentar.

### **Criticas aos PAE**

O absentismo do Estado e a preocupação em gerar divisas para pagar as dívidas eram pontos basilares no desenho dos programas de ajustamento, os quais atribuíam pouca atenção ao combate à pobreza e ao subdesenvolvimento prevaletentes em África.

Essa foi uma grande lacuna, tendo em conta que para sua implementação os PAE precisavam de um ambiente político e social estável (Heidhues & Obare, 2011). E por isso deviam ter promovido, desde logo, medidas sociais para combater a pobreza que se estava a enraizar em África. Ao contrário os PAE viriam a enaltecer as desigualdades e aumentar os níveis de mau estar no continente, de tal maneira que o nível de conflitos aumentou neste período.

Entre as medidas dos PAE mais frequentemente censuradas, encontrava-se a retirada de subsídios ao consumo, a racionalização dos preços que por sua vez deu origem uma inflação galopante, os despedimentos no sector e empresas pública, e o declínio dos salários reais enquanto culminar destas e outras políticas (Friedmann, 1996).

Mais, os postos de trabalho no setor privado eram praticamente inexistentes e assim continuaram. Como tal, para milhares de pessoas despedidas não havia oportunidades de emprego no setor privado africano, portanto ficaram sem trabalho e sem um rendimento mensal estável. Esta situação contribuiu para a diminuição do poder de compra dessas famílias e sua segurança económica.

As condições essenciais que deveriam estar disponíveis a todos os agricultores africanos como por exemplo acesso a meios de produção mais adequados, ao mercado, infraestruturas e a linhas de financiamento, encontravam-se notoriamente em falta. Minando as oportunidades do pequeno agricultor em conseguir tirar partido da abertura dos mercados.

Interessante notar algumas condições contraproducentes nas medidas dos PAE:

- Promoviam que a produção e comercialização fossem realizadas pelos pequenos agricultores, contudo estes não possuíam capacidade económica requerida para comprar os *inputs* ao preço que o mercado praticava. Por outro lado o setor privado não foi capaz de substituir o Estado, tal como era inicialmente esperado;
- O foco na exportação origina escassez de alimentos de primeira necessidade nos mercados locais, tornando-os mais caros e exacerbando a insegurança alimentar dos pobres rurais que, por outro lado, também tinham de fazer face a custos cada vez maiores no usufruto de serviços sociais;
- A baixa produção doméstica alimentar forçou as nações africanas a depender crescentemente das importações de bens alimentares, para satisfazer as suas necessidades, causando um escoamento da riqueza do país;

- Os agricultores africanos nunca tiveram uma justa oportunidade de entrar nos mercados internacionais de exportação para além de terem de enfrentar a concorrência desleal das economias mais ricas que lhes inundavam o mercado de produtos subsidiados e levantavam barreiras à entrada de produtos africanos.

Portanto a estratégia de crescimento económico baseada em exportações, não representou ganhos para o pequeno agricultor, e cada vez mais agricultores optam pela subsistência perante as dificuldades de adquirirem *inputs* e de escoar a sua produção (Narayanan & Gulati, 2002).

A produção agrícola *per capita* diminuiu por toda a África, refletindo-se depois em carências alimentares mais regulares e de maior intensidade, as quais promovem o enfraquecimento do sistema imunológico e o aparecimento de doenças várias que afetam os agregados mais pobres. As comunidades e famílias viram as suas capacidades de resistência ao vírus da Sida e a catástrofes naturais diminuírem. Expostas a estes eventos a produção agrícola diminuiu ainda mais, entrando num ciclo de pobreza e insegurança alimentar que perduraria.

Em alguns países africanos devido ao aumento dos preços dos alimentos a maioria dos agregados familiares viu-se forçada a modificar a sua dieta alimentar. As famílias mais pobres tiveram mesmo de cortar uma das refeições, pelo que muitos passaram a tomar apenas uma refeição (Kanji & Jazdowskak, 2010). A combinação de aumento de preços com a descida do salário real levou a uma deterioração das condições de vida das populações, piorando os indicadores de mortalidade infantil, de frequência escolar, de desemprego, de nutrição infantil, e o número de pessoas a viver abaixo do nível de pobreza (kanji & Jazdowskak, 2010).

Por outro lado, a saúde e educação também sofrem um aumentam de preço contribuindo para o decréscimo do poder de compra da maioria dos camponeses africanos. A vida nos campos tornou-se insustentável, gerando-se então entre o pequeno agricultor um abandono parcial dos campos através de uma migração em massa para as cidades procurando alternativas de trabalho.

De acordo com a rede SAPRIN, uma organização da sociedade civil, estas reformas não levaram em linha de conta as questões de género, não obstante, acabaram em algumas circunstâncias por desempenhar um papel positivo para o ganho de autonomia das mulheres. Estas, devido à ausência dos maridos, por vezes ficaram

encarregues do controlo das *cash crops*, tomando as decisões necessárias em relação ao negócio (SAPRIN, 2004).

Para África, a entrada no “mercado livre” e o processo de globalização do setor agrícola revelou-se uma etapa muito conturbada. Foi um processo demasiado rápido para democracias ainda jovens, desorganizadas e com falta de infraestruturas produtivas, políticas e sociais, pelo que foram exploradas pelas nações mais experientes (Mwaniki, 2006).

Os países mais desenvolvidas viriam a exigir uma política de portas abertas em relação as suas exportações para África, todavia contrariamente aos princípios do mercado livre, iriam erguer barreiras ao comércio para impedir a entrada de exportações agrícolas de origem africana (Ayittey, 2005). Essa estratégia foi bastante danosa para os países africanos, quando estes estavam dependentes das suas exportações, para a criação de receitas. De acordo com Bello (2008) entre 1981 e 2001 devido aos PAE e às práticas ilegítimas de *dumping* o número de africanos a viver com menos de um dólar por dia mais que duplicou.

As funções deixadas livres pelo Estado, não chegaram a ser totalmente providenciadas pelo setor privado. Em muitos casos, as empresas privadas retraíram-se por considerarem haver um elevado risco em suprir as falhas de mercado existentes. O mercado foi tomado por monopólios na produção e distribuição de sementes melhoradas como nos transportes. Esta situação gerou o aumento substancial dos preços de ambos os serviços, para além das empresas só abastecerem as áreas de maior concentração de agricultores onde podiam obter lucro na sua actividade (Robbins & Ferris, 2003; Narayanan & Gulati, 2002). O camponês africano por não ser um cliente lucrativo deixa de ser abastecido por estes serviços, e por isso as populações locais retrocedem para culturas de subsistência e perdem rendimentos e acesso ao mercado.

Importa esclarecer que houve várias razões pelas quais este grupo foi sumariamente abandonado pelo setor privado: 1) estavam separados por longas distâncias uns dos outros, 2) precisavam de poucas sementes de muitas variedades, 3) tinham um volume total de produção baixo, 4) as vias de acesso eram fracas e os custos com o transporte devido ao elevado preço do petróleo seriam bastante altos.

As grandes empresas agrícolas encontram-se a procura de lucros rápidos em África, pelo que só lhes interessa fornecer quem pode pagar, não são movidas por questões de justiça social ou ambiental. Aliás Bello (2008) comenta exactamente que estas têm

o propósito de explorar os recursos sem olhar aos custos que isso poderá ter para as pessoas e comunidades.

Portanto no fundo são estas quem tem colhido o grosso dos proveitos inerente à globalização da agricultura que se desenrola em África (Nicola, 2003) e a sua forma de atuar não irá mudar até pressões internacionais e nacionais forcarem essa alteração de comportamentos.

Narayanan e Gulati (2002) destacam que os governos africanos carentes por investimento tendem a apoiar a agroindústria em detrimento do pequeno agricultor. O que influi para o agravamento das desigualdades sociais e económicas, ou seja, em prol do crescimento e do investimento estrangeiro os governos africanos e as OFI ignoraram o aumento de injustiças sociais (pobreza, exclusão, violência, criminalidade), e o declínio da biodiversidade (Nicola, 2003). Tal como ignoraram a perda de produtividade do maior produtor agrícola do continente.

Em suma, 10 anos após PAE, o setor agrícola africano tinha sido radicalmente transformado levando a uma pauperização do pequeno agricultor e subsequentemente aumento da pobreza e insegurança alimentar no continente. Se o pequeno agricultor tinha entrado na década de 80, com algumas dificuldades e em declínio produtivo, mostrando incapacidade de garantir a sua autossuficiência, os PAE minaram por completo este grupo, destruindo a pouca capacidade produtiva que possuíam. O travão no abastecimento de *inputs* e o seu sucessivo aumento de preços – 300% ao longo dos primeiros 5 anos (SAPRIN, 2004) –, acompanhado por transportes cada vez mais caros, resulta numa dramática redução de culturas alimentares de primeira necessidade e de exportação. Foi uma década perdida com graves custos económicos, sociais e humanos para o continente.

### **3.4. Os Programas de Redução da Pobreza**

No rescaldo dos PAE, houve um reconhecimento geral de duas ideias básicas: as forças de mercado não conseguem por elas próprias resolver o problema de falta de desenvolvimento da agricultura africana e, os governos deveriam reconquistar alguns dos seus poderes para promoverem um ajustamento mais humano, onde questões sociais e ambientais também sejam tidas em conta (Robbins & Ferris, 2003; Holmén, 2011; Heidhues & Obare, 2011).

Neste sentido, investiu-se na satisfação das necessidades dos mais pobres mediante aumento do seu acesso a serviços vitais (Heidhues & Obare, 2011). Assim na década de 90, os governos africanos assumem uma posição mais interventiva na economia dos seus países, e no setor da agricultura voltam a apostar na comparticipação de fertilizantes, bem como na distribuição destes pelo pequeno agricultor, de forma a revitalizar, dentro do possível, a produção alimentar destruída na década anterior. Esta iniciativa teve efeitos positivos, notando-se um subsequente aumento da produção agrícola, melhoria da segurança alimentar e alívio da pobreza nos territórios e período em que foram aplicados (Holmén, 2011)

No entanto, os programas de subsídios por exigirem uma grande quantidade de capital, são muitas vezes descontinuados, possuem uma curta duração, diminuindo assim o alcance de efeitos positivos mais duradouros que permitiram transformar a agricultura africana. Esta medida pretendia atingir três objetivos: revitalizar os solos que estavam rapidamente a ficar exaustos em várias regiões; aplacar a concorrência injusta perpetrada pelas potências ocidentais; revigorar os mercados de fertilizantes que colapsaram durante os PAE (Holmén, 2011).

Enquanto isso as OFI reviram e reformularam os seus programas. Posteriormente apresentaram um programa de reformas macroeconómicas que estava em maior sintonia com as preocupações actuais de África, passando a incluir medidas que promoviam o progresso económico, social e ambiental. Assim nascem os Programas de Redução de Pobreza (PRP), igualmente promovidos pelas OFI. Estes programas continuam a manter intocada a sua abordagem macroeconómica tradicional, a qual vem mascarada, dando-se centralidade às questões de luta contra a pobreza.

Na verdade, as preocupações sociais possuem tanto relevo nestes programas que eles não são orientados para produção, ou seja, não dão orientações sobre como aumentar a produção alimentar no continente (questão vital quando África sofre cada vez mais de chuvas erráticas e secas), ou ainda sobre como solucionar o problema da ausência de fertilizantes e sementes melhoradas. Eram com estas medidas que os PRP poderiam eficazmente combater a pobreza em África e desenvolver o potencial deste agricultor. Heidhues e Obare (2011) comentam que os PRP acrescentam muito pouco de valor aos programas que os antecederam, revestindo-se apenas de uma roupagem mais atraente.

Os PRP possuem três grandes características (Adejumobi, 2006):

- 1) Colocaram a luta contra a pobreza no centro das políticas de desenvolvimento. São criadas políticas sociais para providenciarem serviços sociais aos mais pobres;
- 2) É dada forte importância ao “processo” de criação e implementação das medidas aos programas. Ao contrário dos PAE onde o processo de decisão era de cima para baixo, pretende-se que os PRP sejam mais inclusivos através da participação popular e do debate com os líderes e sociedade civil dos países. Esperar com isso que os programas sejam mais dirigidos às reais necessidades das populações dos países;
- 3) Os objetivos no domínio da reforma macroeconómica e da política de comércio permanecem intocados. Continuam a apostar na liberalização do comércio, privatizações, e afastamento do Estado da economia.

### **3.5. Conclusões: da autossuficiência às migrações e insegurança alimentar**

O ambiente de incerteza afeto ao setor da agricultura deu início entre os pequenos agricultores a um movimento de grande escala de procura de rendimentos alternativos fora do setor da agricultura (Bryceson, 2000).

Estas migrações tornaram-se mais evidentes a partir da década de 80 com os PAE e constituem uma redução do investimento na produção agrícola por parte do camponês africano. A sua entrada em ciclos migratórios entre o espaço rural e urbano à procura de trabalho não-agrícola, resultou na perda de coerência social e económica das sociedades agrárias, provocando alterações nos padrões de tomada de decisão dentro dos agregados, levando a uma maior autonomia da mulher (Bryceson, 2000).

A diversificação de rendimentos é vista como uma forma de gestão de risco, que procura conquistar para o agregado familiar um conjunto de atividades remuneradas, onde o risco seja menor. Assim ao engajar em variadas atividades no decurso de um ano, mesmo que precárias e mal pagas, e acumulando mais de uma ao mesmo tempo, o pequeno agricultor pretende compensar pelo alto risco associado à agricultura e, ainda atingir um rendimento contínuo e estável, que permita a realização das necessidades de consumo diárias (Bryceson, 2000). No entanto, este grupo, devido aos seus poucos recursos e formação, apenas consegue engajar em atividades de baixo valor.

Assim o pequeno agricultor situa-se entre mundos (rural e urbano), não sendo capaz de concorrer adequadamente em nenhum. Eles não lhe providenciam os rendimentos para abandonar a sua situação de pobreza, pelo que se encontra dependente de ambos. As migrações representam perda de força laboral essencial à produção alimentar, no entanto são impulsionadas pela presente insegurança alimentar, e procuram através de atividades alternativas superar essa insegurança.

Por outro lado, as medidas dos PRP não estão direcionadas para as questões de produção, as quais poderiam mitigar, em parte, a fraca produtividade verificada no setor, a ausência de rendimentos e a insegurança alimentar. Todavia, focam-se essencialmente nas questões sociais e continuam a manter intato o seu caráter neoliberal. Assim os países africanos para terem acesso aos fundos de investimento dos PRP têm de apresentar medidas que vão de encontro à ideologia defendida pelas organizações financiadoras. Mas que tipo de medidas podem estes governos africanos (e ministérios da agricultura) realizar quando, segundo os PRP, a função do Estado deve continuar a ser principalmente regulatória? Mais ainda, quando os países precisam é de elevados aumentos de produtividade e quando parte dos males que afetam o continente têm origem externa, de que servem funções somente regulatórias.

Os programas de luta contra a pobreza são uma forma encapotada de fazer valer as políticas macroeconómicas neoliberais. No sentido em que incluem nos programas preocupações sociais, mas os grandes temas como o *dumping*, o *land grabbing* e as injustiças presentes no sistema de comércio internacional permanecem por resolver.

Adejumobi (2006) na sua avaliação sobre os PRP evidencia vários pontos que merecem destaque para perceber estes programas: o processo a que as OFI decidem convenientemente chamar de participativo, toma na generalidade dos casos a forma de processo consultivo; por outro lado, os governos africanos envolvem a sua sociedade civil na tomada de decisão, somente como meio para aceder aos fundos dos quais tanto carecem. De nenhum dos lados existe uma intenção séria de robustecer as democracias africanas, ou de dar voz aos mais desprotegidos e desfavorecidos. Perante esta situação, até que ponto as questões da luta contra a pobreza, do desenvolvimento rural e agrícola, da melhoria das condições do pequeno agricultor e das infraestruturas não são secundárias face à real tônica que os PRP continuam a colocar na liberalização, a qual se verificou não ter tido os resultados esperados.

No entanto, destaca-se também que segundo Binswanger-Mkhize (2009) a tendência para o declínio da produção agrícola em África aliviou nos anos 90, período no qual já se observava um crescimento económico em muitos dos países do continente e uma redução dos conflitos. Ainda assim segundo o Gelb *et al.* (2000) apesar dos ganhos conquistados na segunda metade da década de 90, o rendimento médio *per capita* na agricultura continua ser mais baixo do que no fim da década de 60. Não obstante, Binswanger-Mkhize (2009) refere que o crescimento económico presente no continente teve repercussões positivas na agricultura, permitindo que esta tenha um crescimento acima do da população. No entanto, o mesmo autor salienta ainda que apesar dos melhores resultados apresentados pela economia e pela agricultura africana, estes não se devem a aumentos de investimento nas infraestruturas rurais nem ao fornecimento de melhores serviços ao pequeno agricultor.

## **Capítulo IV - Principais problemas do Pequeno Agricultor**

### **4.1. Problemas do Pequeno Agricultor**

O mundo agrário africano desde a década de 60 do séc. XX sofreu contínuas transformações, às quais melhor ou pior se tem tentado adaptar.

O resultado das políticas internacionais para o continente africanos não foram, na maioria dos casos, como foi demonstrado no capítulo anterior, favoráveis ao pequeno agricultor. Ao nível interno a política doméstica também não surtiu efeitos positivos na redução da pobreza, e desenvolvimento agrícola.

No parecer de Ayittey (2005) os fatores internos são o mais revelantes. O autor destaca os frequentes conflitos, bem como a má governação associada aos elevados níveis de corrupção inerentes aos sistemas de governação do continente.

Por sua vez Bello (2008) destaca fatores internos e externos para a crise agrícola africana:

- 1) As guerras civis (cujas causas se encontram, muitas vezes, na má governação e no favorecimento de determinadas etnias) regulares e sucessivas que se abatem por todo o continente sempre com um resultado fixo – destruição do tecido económico e social dos países;
- 2) A epidemia do VIH-Sida que matou e fragilizou milhões de agregados maioritariamente nas zonas rurais, deixando crianças órfãs ou famílias com a responsabilidade de terem de tomar conta dos seus adultos doentes;
- 3) Medidas económicas, sociais e políticas dos PAE, que invés de espoletarem o crescimento atiraram o continente para ciclos de baixo investimento, aumento de desemprego, e diminuição de produção, culminando num ciclo de estagnação e declínio económico.

Os constrangimentos das décadas passadas não foram resolvidos nem se atenuaram, em contrário, intensificaram-se com a contínua falta de investimentos nacionais e internacionais na agricultura. A globalização da agricultura africana estabeleceu-se como mais um fenómeno de efeitos negativos para o pequeno agricultor, mais ainda com os acordos comerciais agrícolas muito desfavoráveis aos países africanos.

Estes têm de enfrentar a concorrência no mercado interno do *dumping* de mercadorias agrícolas dos países desenvolvidos. Para além das práticas de *land grabbing* terem despejado milhares de pequenos agricultores da sua terra.

Na medida em que o pequeno agricultor for capaz de integrar as cadeias de valor das grandes empresas comerciais agrícolas a operarem em África, através dos esquemas de *contract farming* ou *out growing*, poderá aumentar a sua escala de produção. No entanto as evidências mostram que estes esquemas até então têm representado poucos ganhos mas muitas perdas para o agricultor comum.

Atualmente, são as plantações para exportação as que continuam a ser privilegiadas pelos governos, em grande parte, porque são essas as que atraem o investimento estrangeiro do qual África continua sedenta. Em troca os governos concessionam os terrenos mais férteis em prejuízo da sua população (Null, 2011).

#### **4.2. Desigual distribuição da terra e declínio no rácio terra/pessoa**

Durante muito tempo África foi considerada privilegiada por possuir vastas porções de terra arável ainda por cultivar, e uma baixa densidade populacional, tornando mínima a pressão sobre este recurso.

Antes da alteração demográfica registada no continente isto era especialmente verdade, e ainda se verifica em alguns locais que se encontram mais distantes de povoações, ou em regiões onde os agricultores tenham abandonado as terras aráveis por ausência de mão-de-obra.

Em África, a área de terra arável cultivada cresceu continuamente a menor velocidade que a população rural agrícola, a qual triplicou no mesmo espaço de tempo, causando uma redução no rácio de terra por pessoa (Jayne *et al.*, 2005). Desta maneira, um dos grandes problemas com que a pequena agricultura se depara atualmente tem origem nas transformações demográficas sentidas – baixa mortalidade e elevados níveis de natalidade –, que levaram ao decrescimento da propriedade agrícola (Jayne *et al.*, 2003).

Devido ao crescimento da população as propriedades agrícolas ficaram reduzidas a tamanhos demasiado pequenos, tornando a atividade agrícola insustentável. O que leva Wegner e Zwart. (2011) a comentar que se o agricultor tivesse acesso aos *inputs* que precisa na quantidade adequada e os aplicasse corretamente, durante um longo período de tempo, a sua produção final continuaria a não ser suficiente para o retirar da condição de pobreza na qual se encontra.

Esta conclusão de Wegner e Zwart (2011) é sintomática da pequenez das propriedades destes agricultores. Na sua atual situação, estão condenados a sucessivas produções insuficientes e retidos num ciclo de pobreza, onde a sua principal fonte de rendimento nem nas melhores condições lhes pode providenciar os mínimos para uma vida digna.

Num artigo para a *Food Policy*, Jayne *et al.* (2003) apresentam fortes inconsistências na distribuição da terra entre o pequeno agricultor. De forma demonstrar esta variação, examinam os seguintes países: Quênia, Zâmbia, Ruanda e Etiópia. Nos dois primeiros países o tamanho médio da terra tem uma variação reduzida compreendida entre os 2.5 e 3 hectares, podendo ir até um hectare na Ruanda e Etiópia.

Após classificarem todas as pequenas propriedades agrícolas segundo tamanho de terra *per capita*, e dividindo-as em quatro partes iguais, os autores Jayne *et al.* (2010) conseguiram demonstrar que para os países da sua amostragem, as famílias no quartil mais elevado de terra *per capita* controlam entre 5 e 15 vezes mais terra do que as famílias no quartil mais baixo.

A título individual e tomando o Quênia como exemplo, verifica-se ainda que neste país a média do tamanho de terra *per capita* para os quartis superiores e inferiores é de 6.69 e 0.58 hectares (Jayne *et al.*, 2005). Sendo portanto evidente a enorme disparidade existente entre a pequena agricultura, mesmo dentro de fronteiras nacionais, tendo em conta que os agricultores situados no quartil superior têm quase doze vezes mais terra do que os que se situam no quartil inferior. Esta avaliação refere-se somente às disparidades do tamanho da terra entre o pequeno agricultor, sendo que as mesmas teriam um acréscimo substancial se fossem incluídos os setores agrícolas de grande escala ou Estatal.

De facto em muitos países africanos, o pequeno agricultor encaminha-se para uma situação insustentável, ameaçando a tornar-se virtualmente num sem terra. O tamanho da terra tem decrescido tão acentuadamente em África que 15 a 20% dos agregados familiares agrícolas de pequena escala dos países considerados – Quênia, Etiópia, Ruanda, Zâmbia e Moçambique – controlam somente 0,5 hectares de terra. Na Etiópia e Ruanda os números decrescem ainda mais, quando os mais pequenos dos pequenos agricultores controlam apenas uma porção de terra entre os 0.20 e 0.30 hectares *per capita*, e no Malawi 80% de todas as famílias de pequenos agricultores possuem menos de um hectare de terra (Jayne *et al.*, 2005).

Para todos aqueles que se encontram com um ou menos hectare, as suas hipóteses de sucesso enquanto agricultores são mínimas se é que existentes. Pois é bastante complicado gerar rendimentos que os posicionem acima da linha da pobreza (Wiggins *et al.*, 2010). Quando os pequenos agricultores possuem no máximo um hectare de terra, enfrentam maiores dificuldades de acederem a *inputs*, créditos e serviços, assim como a atividade lucrativas não-agrícolas, sendo igualmente restringidas as suas oportunidades de investirem em culturas de alto valor (Jayne *et al.*, 2003, 2010). Este cenário tende a piorar se se considerar que a população africana continua a crescer a passo rápido, com estimativa de duplicar até 2050 (Kariuki, 2011).

#### **4.3. Baixa produtividade devido ao acesso limitado a *inputs***

A produção agrícola em África, considerando o continente como um todo, sofreu no decurso destas décadas poucas mudanças positivas, enquanto o mesmo setor no resto do mundo assistiu a ganhos produtivos extraordinários.

Antes da implementação dos programas neoliberais, muitos países africanos subsidiavam o fornecimento de fertilizantes, garantindo aumentos de produtividade a milhares de pequenos agricultores (Robbins & Ferris, 2003). Estas políticas permitiam-lhes participar nos mercados, obtendo daí rendimentos suplementares para elevar as condições de vida do agregado e estimular a economia através do consumo. Esta estratégia durante anos possibilitou através da aposta na autossuficiência alimentar escapar à insegurança alimentar e pobreza extrema.

Contudo os programas neoliberais restringiram as atribuições do Estado e promoveram uma agricultura virada para exportações. O que levou a que os governos dedicassem a sua terra fértil a culturas para exportação, desviando a produção alimentar para terras marginais de menor produtividade. A breve trecho as mudanças em curso exacerbariam a insegurança alimentar ao nível local e nacional.

As explicações para a baixa produtividade centram-se no limitado uso de *inputs* (fertilizantes, sementes melhoradas, tecnologias e sistemas de irrigação), na falta de acesso a serviços de apoio agrícola, a empréstimos e seguros, tal como fraco acesso ao mercado e a infraestruturas de armazenamento e distribuição.

O aumento do preço dos fertilizantes constrange seriamente o seu acesso por parte dos camponeses africanos, sendo particularmente prejudicados todos aqueles que se situam nas zonas remotas. Mais ainda, os padrões de consumo deste agricultor atraçoam-no, tipicamente precisam de poucas quantidades de várias sementes diferentes, contudo para o setor privado este negócio não é lucrativo pelo que se retira, deixando por abastecer o pequeno agricultor (Narayanan & Gulati, 2002). Os mesmos autores destacam ainda que, por alguns pequenos agricultores se encontrarem em zonas remotas, e terem níveis de produção relativamente baixos, o setor privado inibiu-se de lhes comprar a produção pois não era um negócio lucrativo. A título de exemplo, o pequeno agricultor africano continua a usar em média 10 kg de fertilizante por hectare/ano, quando o seu congénere na Ásia dispõe de um consumo médio anual de 150 kg por hectare.

Existe um consenso generalizado que o aumento do consumo de fertilizantes em África pelo pequeno agricultor é essencial para reverter o declínio da produção alimentar. Como tal têm surgido cada vez mais programas Estatais destinados a colmatar as falhas ligadas à fraca distribuição de fertilizantes pelo setor privado (Jama *et al.*, 2013). No entanto, estes programas têm elevados custos e por isso estão, por vezes, dependentes de financiamento externo, pelo que o término do financiamento

representa o fim do programa. Enquanto duram os seus benefícios são amplamente sentidos, melhorando linhas de abastecimento de fertilizantes e aumentando significativamente a produtividade dos agricultores (Jama *et al.*, 2013).

A irrigação continua igualmente em falta no continente. Apenas 4% das terras agrícolas africanas estão irrigadas, sendo este um factor altamente contraproducente quando este território sofre de uma queda de chuva irregular e de secas mais intensas e regulares. A irrigação poderia aumentar as colheitas de algumas culturas entre 100 a 400% (Kariuki, 2011).

O acesso à tecnologia não está igualmente disponível para todos, como se tem vindo a notar existem grandes disparidades neste segmento, em óbvio desfavor do agricultor de pequena dimensão. No entanto algumas inovações tecnológicas (sementes melhoradas ou sementes modificadas) como Narayanan e Gulati (2002) fizeram notar, são adotadas com rapidez semelhante tanto pelo pequeno agricultor como pela agricultura de grande escala.

Os mesmos autores Narayanan e Gulati (2002) explicam ainda que o acesso limitado a essas inovações tecnológicas pode dever-se a três fatores: 1) se as tecnologias estão disponíveis para culturas do interesse do pequeno agricultor; 2) reduzida intervenção do governo em disseminar a tecnologia; 3) falta de capacidade financeira dos pequenos produtores para as adquirir.

A ausência de fatores produtivos e da capacidade em colocar os produtos no mercado conduz a que o pequeno agricultor reverta para uma produção de subsistência. Resultando num sucessivo abandono da agricultura comercial, o que se reflete depois em menores rendimentos. Os níveis de produtividade baixam substancialmente, impossibilitando a autossuficiência do agregado.

A falta de acesso a empréstimos e seguros muito contribuiu também para a baixa produtividade verificada no continente. Existe um crescente consenso que os constrangimentos no acesso a linhas de financiamento são a base para a fraca resposta do pequeno agricultor ao processo de liberalização (Narayanan & Gulati, 2002; Dercon 2009). A ausência de investimento limita as oportunidades de crescimento dos agricultores de pequena escala, levando-os a disporem de um *portfólio* de investimentos menos lucrativos (Dercon, 2009). Por outro lado as estratégias de gestão de risco envolvem a participação em atividades menos lucrativas onde o risco é menor (Dercon, 2009).

Como resultado estas estratégias implicam uma substancial perda para os mais pobres, que devido às falhas de mercado se vêem forçados a abdicarem de uma carteira de investimentos em negócios e oportunidades mais lucrativas. Desta maneira, para garantirem o retorno do seu investimento cingem-se a atividades de menor risco e rendimento. Esta situação configura algumas das razões que conduzem os pequenos agricultores a serem mais avessos ao risco e a comprometerem-se fortemente com a atividade agrícola de subsistência (Dercon, 2009).

Paralelamente a epidemia do Vírus da Sida, as catástrofes naturais e as frequentes guerras civis também contribuíram para debilitar a capacidade de produção e produtividade. Pesa ainda negativamente, os fracos investimentos no setor agrícola por parte dos governos africanos, e ainda as suas práticas corruptas as quais funcionam como um travão ao investimento (Jayne *et al.*, 2005). Os fatores acima comentados geradores da estagnação agrícola, culminaram no êxodo rural do camponês africano para as cidades contribuindo para um excesso de população nestas, o qual insuflou os problemas sociais existentes.

#### **4.4. Guerras civis e má governação**

Nem sempre os conflitos armados podem ser dissociados da má governação, parecendo que a segundo alimenta, promove ou justifica o primeiro, e ambos como se verá são altamente destrutivos para a produção agrícola.

As políticas públicas mal direcionadas com efeitos negativos para a maioria da população são um produto de fracas instituições e de planos mal concebidos, mas são também um produto de governos corruptos (e muitas vezes incompetentes) servindo os seus interesses, e usando o poder institucional e legal para acumular riqueza em nome próprio favorecendo o seu grupo (que por vezes pode corresponder ao seu grupo étnico) no acesso a cargos públicos e privados, bem como nas políticas públicas (Tweeten, 1999). De acordo com Nash *et al.* (2013), há um apoio claro à elite do grupo étnico e, de hostilidade e fragilização dos “outros”, o que gera animosidades várias, conduzindo a situações de conflito que ocorrem associadas à má governação a que os Estados são sujeitos pelos seus governos.

Em linha do que foi acima comentado, Ayittey (2005) considera também que a dupla de fatores internos – guerras civis, má governação – representam o maior problema para o fraco desempenho da agricultura em África. Em relação ao contributo dos fatores externos para o declínio da produção agrícola, Ayittey (2005) embora os

considere relevantes para explicar a situação atual da agricultura africana, defende que estes fatores são vulgarmente usados como uma desculpa dos governos africanos para justificar os seus sucessivos fracassos e, continuar a pedir apoio internacional para procederem depois ao desvio dos fundos para investimentos privados na elite do país.

Outros autores, como foi amplamente tratado no capítulo 2 desta tese, consideram, no entanto, que os fracassos dos governos africanos em conseguir desenvolver a sua economia se encontram precisamente nestes fatores externos que Ayithey (2005) desconsidera. Considerar-se secundário o sistema de comércio internacional, com os seus acordos e organizações, é excluir um dos fatores vitais para explicar, em parte, o fraco progresso de África em termos agrícolas.

Desde 1970 o continente africano viu mais de 40 guerras, algumas tiveram uma duração mais ou menos curta, outras nunca acabaram persistindo com intensidades variáveis até aos dias de hoje, outras há que acabam para recomeçarem algum tempo depois. Estas guerras são mais comuns em dois tipos de países: onde o rendimento seja baixo, estagnado ou em declínio e onde existam fontes de riqueza de elevado valor (como diamantes, petróleo ou outra matéria prima para exportação) (Collier, 2007) cobiçadas por vários grupos com pretensões a enriquecerem rapidamente mediante a exploração deste filão.

Porém, o certo é que quase todos os países do continente se viram envolvidos em guerras, nestas últimas quatro décadas, assim como foram negativamente afetados pelas guerras nos países vizinhos. Neste processo os países fronteiriços sofrem não só através da desestabilização das trocas comerciais e insegurança provocada pelo conflito, como ainda da investida de milhares de refugiados à procura de asilo, segurança e melhores condições de vida (Ayithey, 2005).

Os conflitos desregulam a atividade económica, provocando uma queda, em média, de 2,3% no crescimento económico do país (Collier, 2007). Os recursos são desviados para propósitos militares (Mayne, 2006), enquanto doenças aumentam a pique (Collier, 2007), e o investimento estrangeiro mantém-se afastado.

Nas zonas de conflito gado e culturas alimentares são destruídas. Posteriormente serviços, instituições e infraestruturas são também destruídos, enquanto as populações são dizimadas e o pequeno agricultor vítima de atrocidades. Com a devastação das áreas rurais e da agricultura, assiste-se ao aprofundamento da pobreza e da miséria social, as pessoas deslocam-se ou são deslocadas para campos

de refugiados ou centros urbanos onde consideram estar mais seguras, deixando quintas e campos ao abandono, com graves consequências para a produção e segurança alimentar (World Bank, 2007; Ayittey, 2005; Mayne, 2006).

Numa guerra, a morte, rapto ou alistamento forçado de adultos e por vezes de jovens capazes de lutar inibe a continuação da atividade agrícola, e o medo e insegurança impedem as pessoas de voltar aos campos, mais ainda em casos de guerra civil em que os conflitos podem recomeçar mais rápida e facilmente (Ayittey 2005, Mayne, 2006).

A maioria dos conflitos começam nas zonas rurais, portanto a agricultura é a primeira a sofrer, e as populações rurais são por isso as mais vulneráveis face a estes acontecimentos (Mayne, 2006; Ayittey, 2005), cujos efeitos se fazem sentir por vários anos. Frequentemente, mesmo em situações de pós conflito verifica-se um aumento do empobrecimento, do engajamento em atividades ilegais, da criminalidade e da taxa de homicídios devido à proliferação de armas de fogo (Collier, 2007; Mayne, 2006). Aparte da devastação causada pela guerra e seus atores, o caos originado pelo conflito impede a implementação de políticas públicas e o desenvolvimento de programas (domésticos e internacionais), e muitos dos países perdem num só momento o acesso aos programas de ajuda internacional e a oportunidades de investimento (Robbins & Ferris, 2003).

#### **4.5. VIH/Sida**

A resistência do camponês africano continua a ser sucessivamente testada pelos vários fatores até então mencionados, os quais de forma combinada têm enfraquecido os seus meios de subsistência e bem-estar.

O VIH-Sida tem tido repercussões especialmente fortes no território africano, onde a doença se propagou rapidamente infetando 20 a 25% da população de alguns países. Tendo em conta que o vírus danifica a capacidade produtiva dos agregados afetados, os níveis de produção alimentar decrescem, causando uma nova onda de crises alimentares. Principalmente intensas na região do continente, onde os impactos da doença foram maiores.

Esta região é uma das áreas mais férteis do continente. Possui campos férteis, com estável acesso a água e, os seus países ao longo dos anos têm sido autossuficientes em alimentos, pelo que não sofreram de crises alimentares até serem fortemente afetados pelo VIH-Sida. A epidemia do vírus ficou associada a surtos de fome entre os mais pobres, por ter causado a queda a pique de produções de cereais, farinha e vegetais (Ayithey, 2005).

O pequeno agricultor africano foi o mais afetado pelo vírus da Sida, o qual tinha maior incidência nos meios rurais, debilitando a sua capacidade produtiva e em recuperar de futuros choques humanos e naturais. Em geral os agregados foram afetados através da debilidade física ou morte de um ou mais elementos, maioritariamente adultos. No entanto, com a perda de ambos os adultos, as crianças do agregado ficam, por vezes, ao encargo de outros familiares (Harsch, 2003).

A nível individual, situação da epidemia do VIH/Sida, pode ser ilustrada nos moldes do seguinte ciclo: o agricultor fica doente, começa a sentir-se fisicamente enfraquecido pelo que a eficiência do seu trabalho decai e, por via disso diminui a área cultivada, a produtividade e o volume da sua produção, gerando uma perda de rendimentos para o agregado. Ademais, as despesas com a saúde aumentam e as poupanças da família são investidas no tratamento dos elementos adoecidos. O dinheiro disponível no agregado para adquirir alimentos diminui, pelo que enfrentam uma situação de fome, o que converge depois no enfraquecimento do sistema imunitário dos elementos saudáveis do agregado familiar (Harsch, 2003; Chopra, 2004).

Em geral, os efeitos da doença despoletaram por toda a África a intensificação dos níveis de pobreza, o enfraquecimento das redes de suporte familiar e comunitário, bem como o aumento do número de dependentes desprotegidos, devido ao falecimento de um ou ambos progenitores.

Quando perdem os pais, os mais novos passam a ter de assumir responsabilidades para as quais não estavam preparados. Ficam encarregues por cultivarem os campos, mas por vezes não tiveram tempo de completar a sua aprendizagem das técnicas agrícolas, pelo que são compelidos a abandonarem as culturas orientadas para o mercado (por serem mais complexas e de capital intensivo) dedicando-se às culturas básicas de primeira necessidade (tubérculos e raízes). Em virtude desse facto as suas produções e rendimentos decrescem, bem como as possibilidades de aceder a crédito e formação (Chopra, 2004). Autores como Toupouzis e Du Guerny (1999) ou Harvey (2004), consideram igualmente que a perda de adultos no agregado familiar rural,

resulta em menos terra cultivada, na diminuição da produção agrícola e numa mudança para culturas agrícolas de trabalho menos intensivo, negligenciando por isso, como foi acima mencionado, as culturas de trabalho mais intensivo e de maior valor comercial.

Novos estudos realizados por Jayne *et al.* (2005b) evidenciam que o impacto do VIH/Sida no crescimento populacional foi praticamente nulo. Ou seja, apesar da forte mortalidade em adultos causada pelo vírus, verifica-se, mesmo assim, um crescimento demográfico, ao longo do tempo, mais ou menos estável em adultos em idade de trabalhar. Pelo que, apesar da elevada mortalidade, não se evidencia uma escassez de trabalhadores como se previa inicialmente.

Mais ainda as constatações realizadas por Jayne *et al.* (2005) sugerem que os rácios terra/trabalho de muitos agregados familiares afetados pelo vírus são semelhantes aos das famílias não atingidas, estando portanto implícito que a ausência de um trabalhador no seio do agregado familiar não pode ser a principal razão para a limitação da produção. Mostram-nos ainda que os efeitos da perda de adultos no agregado dependem de alguns fatores como sejam: quais as exigências de trabalho da cultura agrícola dominante, a densidade populacional e o tamanho do mercado de trabalho local, e ainda as características do agregado familiar (percentagem de força laboral doméstica perdida, rendimentos e ativos possuídos). Estes elementos definem em parte como o agregado familiar irá adaptar-se às transformações em causa, quais serão as suas estratégias de sobrevivência, e se essas passam pela mudança de culturas agrícolas, favorecendo plantações que requerem trabalho menos intensivo.

Jayne e seus colegas (2005b) contestam ainda a ideia de que o falecimento de um adulto leva à priorização de culturas de trabalho menos intensivo. Estes autores argumentam que não se verificam mudanças significativas para o cultivo de raízes e tubérculos no caso da morte de qualquer membro adulto do agregado familiar. Constataram que a aposta em culturas de trabalho menos intensivo não é, em média, mais elevada entre as famílias mais atingidas se comparadas com as famílias não atingidas. Todavia, notaram que a morte de um adulto homem tem efeitos negativos mais intensos para o agregado, o qual perde efetivamente acesso a alguns ativos e negócios. Posto isto, nas circunstâncias em que o género é a principal determinante para participar numa atividade económica (*cash crops* e atividades não-agrícolas), a perda da participação do adulto homem pode deixar o adulto sobrevivente (mulher/esposa) sem acesso a essas fontes de rendimento (Jayne *et al.*, 2003).

Por isso se comenta perante as evidências ao dispor, que as mulheres rurais são as mais afetadas pela epidemia e pelos seus efeitos. Em muitas situações estas estão impedidas de participar nos negócios da família devido ao preconceito de género existente, representando este obstáculo uma diminuição nos rendimentos do agregado quando se encontra mais fragilizado. Todavia têm de continuar a suprir as necessidades da família, pelo que se vêm forçadas a encontrar novas estratégias de sobrevivência para conseguir os rendimentos necessários, ficando sobrecarregadas de tarefas e responsabilidades. Sob a sua alçada está a produção para subsistência, a venda no mercado de algum excedente, as tarefas domésticas, e ainda outras tarefas que lhes permitam um rendimento extra para as demandas do dia-a-dia (Harsch, 2003). É portanto de suma importância trabalhar o preconceito de género na produção agrícola, no *marketing*, bem como na educação e nas atividades não agrícolas, pois contribuirá para providenciar significativos ganhos nos rendimentos de muitas famílias (Jayne *et al*, 2005).

Em geral o VIH/Sida teve efeitos catastróficos sobre as famílias e comunidades, piorou as consequências da má gestão agrícola e da má governação, contribuiu para a disseminação e intensificação de doenças como a tuberculose e malária e, em alguns países deu origem uma nova crise alimentar, provocando fome generalizada entre os mais pobres (Binswanger-Mkhize, 2009). Tornando o pequeno agricultor ainda mais vulnerável as catástrofes naturais e choques económicos (Chopra, 2004).

#### **4.6. Condições climáticas adversas**

A ausência de tecnologias modernas de produção agrícola, acompanhadas pela falta de sistemas de suporte à pequena agricultura e a quase inexistência de sistemas de irrigação torna os produtores agrícolas africanos dependentes das chuvas e bastante vulneráveis face às mudanças climáticas, assim como as catástrofes naturais (secas e cheias) que atualmente ocorrem com maior frequência e intensidade.

As mudanças climáticas registadas no decurso dos últimos 40 anos indicam que o continente africano está a ficar mais quente e seco. As áreas desertificadas estão a expandir-se, pelo que os produtores enfrentam secas mais intensas e prolongadas (por vezes em regiões pouco habituais), e as chuvas pesadas fora de época são igualmente mais intensas e erráticas causando inundações e aluviamentos de terras mais frequentes (Mayne, 2006).

Apesar das cheias e secas serem regulares em África, as alterações climáticas aumentaram a sua magnitude e frequência (Clover, 2003). Para o qual muito contribuiu também as más práticas agrícolas (como o desmatamento e desflorestação), e a expansão no continente africano da área cultivada, destruindo as barreiras naturais que evitavam aluviamentos de terra, inundações e degradação dos solos (Mayne, 2006).

A degradação dos solos aliada ao crescimento populacional tende a aumentar consideravelmente a pressão sobre a terra, o que pode despoletar maiores tensões e exacerbar conflitos locais (ou de maior escala) entre grupos e comunidades para uso e controlo deste recurso essencial para a produção alimentar (Mayne, 2006).

O relatório IPCC (2007) ao aludir às questões da segurança alimentar em África, comenta abertamente ser mais complicado reduzir o número de pessoas com fome devido ao impacto negativo das alterações climáticas. As quais foram, em grande parte, causadas pelas atividades humanas poluidoras das nações desenvolvidas, mas ironicamente são as sociedades africanas as mais afetadas pelas consequências de um fenómeno para o qual não contribuíram. Perspetivava-se que este fenómeno venha a ser um dos grandes desafios do novo século, tornando a longo prazo inviável a agricultura em várias regiões do continente, devido ao aumento de temperaturas que tornam o solo mais seco e infértil.

#### **4.7. Regras do comércio internacional desiguais**

No mercado internacional de importação e exportação agrícola, o prato da balança pende fortemente em favor dos países desenvolvidos, essencialmente porque os termos de troca são altamente desfavoráveis aos países Sub-Saharianos. A Europa e Estados Unidos possuem economias sólidas e eficazes e demonstram deter um poder de influência que vastamente ultrapassa o das nações africanas, pelo que são capazes de manipular os objetivos e resultados dos vários acordos agrícolas internacionais em seu benefício.

As instituições internacionais de crédito confrontaram os governos Sub-Saharianos com a necessidade de abrirem as suas economias ao resto de mundo e limitarem a intervenção do Estado. Defendiam que a autorregulação do mercado permitiria a estes países atingir o progresso, desenvolvimento e crescimento económico, tal como tinha

sucedido nos países desenvolvidos ocidentais, que eram vistos como o exemplo a seguir.

Todavia, verificou-se existirem grandes disparidades entres os discursos e as práticas dos líderes das nações desenvolvidas ocidentais e liberais, adeptas do livre comércio e da autorregulação do mercado. Estas nações promoveram juntamente com as OFI a implementação dos programas neoliberais em África.

A concorrência desleal das nações desenvolvidas em relação a África processa-se em três frentes simultaneamente.

Por um lado, não se coíbem de subsidiar fortemente suas empresas que operam no setor agrícola – tanto no domínio da investigação como da produção – de forma a baixar artificialmente os preços, tornando-os mais competitivos no mercado internacional, ao ponto de serem capazes de concorrer diretamente com a mercadoria de um pequeno produtor africano cuja produção foi conseguida somente através da sua força de trabalho e sem acesso a quaisquer métodos de produção modernos (Gelb *et al.*, 2000). Posteriormente inundam o mercado africano com estes produtos subsidiados minando a competitividade do pequeno agricultor e retirando-lhe os mercados urbanos. Estes subsídios são ainda especialmente debilitantes para o agricultor africano por colocarem em baixa os preços internacionais dos produtos de exportação africanos como o algodão, cereais e açúcar.

Os países da OCDE disponibilizam anualmente para apoio à agricultura africana cerca de 50 biliões de dólares em ajuda ao desenvolvimento, enquanto custeiam os seus setores agrícolas em valores que rondam os 350 a 500 biliões de dólares (Jayne *et al.*, 2005).

Por outro lado, as instituições internacionais de crédito ainda impuseram aos países africanos que reduzissem as suas quotas à importação de produtos agrícolas dos países industrializados. Essa exigência estava perfeitamente em sintonia com as necessidades das nações desenvolvidas, e viria a inundar o mercado interno africano de produtos subsidiados de baixo preço (Stiglitz, 2002). Devido a estas medidas, os países em desenvolvimento africanos foram vítimas das práticas de *dumping* por várias nações da OCDE. Esta prática destruiu a produção doméstica no continente e, agravou a pobreza rural, porque o pequeno agricultor africano não tinha meios para concorrer com estes produtos incrivelmente baratos. Para as populações urbanas africanas o *dumping* foi benéfico, pois permitiu o acesso a produtos agrícolas a um

preço mais baixo, em contrapartida, o mundo rural estava a ser cada vez mais excluído dos mercados (Mayne, 2006).

Os países ricos da OCDE mantêm ainda barreiras comerciais impostas à exportação de mercadorias oriundas de países africanos de forma a impedirem-nas de entrar nos seus mercados. Inviabilizando assim a possibilidade de a agricultura africana se expandir para estes mercados elevado valor. Para além das barreiras tarifárias existentes que inibem as exportações de origem africana, destacam-se também a implementação de elevados parâmetros de qualidade e higiene para os produtos agrícolas, inviabilizando novamente a participação da maioria dos agricultores africanos neste segmento, pois não conseguem atingir os níveis de qualidade exigidos por estes mercados (Stiglitz, 2002). Estas normas de qualidade e higiene têm duas origens: por um lado são impostas pelos governos ou sistemas económicos comuns (caso da União Europeia), por outro são as grandes superfícies comerciais que impõem os seus parâmetros de qualidade como forma de controlarem o mercado e diferenciarem o seu produto.

Por muito bons que sejam os planos agrícolas das nações africanas, perante adversários desta dimensão e constrangimentos desta natureza as suas hipóteses de desenvolver um setor agrícola forte são limitadas. O objetivo tem sido, de facto, explorar o continente e tornar África num mercado para os produtos agrícolas dos países desenvolvidos, caso contrário estas nações teriam já tomado as devidas providências para criar um ambiente mais justo nas trocas comerciais internacionais agrícolas. Aliás esta situação recorda o comentário de John Block (Secretário para a Agricultura dos Estados Unidos, 1986 nas Rondas do Uruguai), ao referir que a ideia dos países em desenvolvimento se tornarem autossuficientes é um disparate, quando podem em melhores condições, garantir a sua segurança alimentar através dos produtos agrícolas a baixo preço dos Estados Unidos. Em certa medida, esta afirmação parece confirmar a perspectiva dominante nos bastidores das cooperações internacionais.

Mayne (2006) comenta igualmente que os discursos dos países desenvolvidos em relação ao combate à pobreza e à fome no mundo africano são meras cortesias diplomáticas, quando na prática as suas ações (acompanhadas pelos desaires das políticas domésticas africanas, pela má governação e corrupção) fomentam o declínio do setor agrícola, prejudicando em especial o maior produtor deste território, o pequeno agricultor africano.

Estes comportamentos consubstanciam uma enorme hipocrisia por parte das nações desenvolvidas bem como das OFI. Os chefes de Estado africanos, apesar de repetidamente demonstrarem a sua insatisfação perante os acordos agrícolas a que estão ligados e, ilegitimidade destes por promoverem ativamente o aumento das desigualdades entre nações, não têm capacidades, recursos ou influência em dimensão suficiente para mudarem o sistema de forma a torná-lo mais justo e equilibrado.

Apesar destes evidentes desequilíbrios em desfavor das nações em vias de desenvolvimento que carecem de condições favoráveis para poderem crescer e desenvolverem-se mais rapidamente, de maneira a conseguirem acompanhar o resto do mundo no que diz respeito aos indicadores para o desenvolvimento, não se produz qualquer alteração no *status quo* internacional. Os acordos internacionais de comércio agrícola continuam a não ser neutros, privilegiando os países ricos desenvolvidos e ignorando as expectativas dos governos africanos (Jayne *et al.*, 2005).

Os mesmos autores declaram ainda ser aparente que os acordos internacionais de comércio agrícola foram projetados tendo em conta as necessidades dos países desenvolvidos e as suas práticas de produção e comércio. A penetração dos mercados internacionais pelos produtores africanos é seriamente dificultada pelos desfavoráveis e desiguais acordos comerciais. Questão que tem tido um progresso muito reduzido nas negociações que se realizam anualmente na cimeira do *World Trade Organization*. Esta situação é tão presente que já em 2003, Kofi Annan, enquanto secretário-geral das Nações Unidas comentou que, para África ter uma justa oportunidade de aumentar a produção agrícola e atingir estabilidade no setor é necessário acabar com todas as barreiras ao comércio e terminar com os subsídios agrícolas dos países ricos (África Recovery, 2003).

É sobre este contexto de concorrência desleal que se funda a globalização do setor agrícola em África, processo no qual até então a generalidade dos agricultores e especificamente dos pequenos teve muito pouco a ganhar, mas muito a perder. Excetuando em nichos de mercado, associados a grandes empresas internacionais agrícolas de produção e distribuição, detentoras de cadeias de valor que permitem ao pequeno agricultor comercial o acesso aos meios produtivos necessários para produzir dentro dos parâmetros mais exigentes para os mercados internacionais.

#### **4.8. Land grabbing e produção de biocombustíveis**

Os Estados africanos tal como vários outros países em desenvolvimento durante várias décadas têm desesperado por grandes fluxos de investimentos e capital a entrar nos seus países. Alguns têm conseguido cativar o investimento estrangeiro principalmente para a exploração dos seus recursos naturais.

A maior participação e interesse da agroindústria em África deveu-se a três acontecimentos especiais: abertura dos mercados, facultada pelas medidas dos PAE; crise petrolífera de 2007-2008, que fez disparar o preço do petróleo e a aposta em fontes de energia alternativas impulsionando a produção de biocombustíveis como medida para contrabalançar os elevados preços do crude; a crise alimentar de 2008 estimulada por fracas colheitas e pelo desvio de cereais para uso industrial pôs em causa a segurança alimentar e alertou os governos a nível internacional para maior necessidade de diversificar os seus investimentos agrícolas.

Graças a este contexto internacional propício, alguns países, e empresas a agir em nome de países (Collier & Dercon, 2009) negociaram com os governos africanos para adquirir uma parcela de terreno de gigantescas proporções (com centenas de milhares ou até mesmo milhões de hectares), com o propósito de produzir alimentos e biocombustíveis. As principais nações envolvidas neste negócio de aquisição de terras são China, Qatar, Abu Dhabi e Arabia Saudita (Collier & Dercon, 2009).

Uma das principais razões pelas quais escolheram investir em projetos agrícolas gigantesco em África, deve-se: em primeira instância, ao baixo preço da terra neste continente, tornando os negócios que envolvem qualquer aquisição bastante mais lucrativos (Murphy, 2010, 2013); em segundo lugar, a ausência de enquadramento jurídico e legislação promova e proteja as comunidades prejudicadas pela aquisição de terrenos; por último, governos fracos e corruptos que sacrificam o bem-estar dos seus cidadãos em troca do investimento estrangeiros. Estas condições tornaram o continente africano bastante mais atraente para este investimento do que os demais.

Segundo Matondi *et al.* (2011) para o aumento da aquisição de terras em África quatro elementos foram essenciais: em primeira instância, crescimento económico acelerado dos países em transição (China, Índia e Brasil); aumento global do preço do petróleo; crescentes preocupações com fontes de energia alternativas também desencadearam esta tendência associada aos biocombustíveis; por último, intensificação das preocupações internacionais com a segurança alimentar.

A aquisição de terras por entidades estrangeiras é mais um sinal da exploração a que o continente foi votado por permissão dos seus governos e líderes. Esta situação tem

tornado os países africanos meros abastecedores das necessidades dos outros, em detrimento da satisfação das suas necessidades alimentares.

A crise alimentar de 2008, e sucessivo aumento do preço dos bens alimentares, bem como diminuição dos mesmos nos mercados internacionais devido a proibições impostas à exportação pelas nações produtoras levou a uma resposta radical por parte de alguns países importadores. De forma, a não estarem novamente vulneráveis às condições do mercado internacional, os países importadores procuram uma alternativa que lhes ofereça um abastecimento de longa duração, dos bens alimentares de que carecem. Assim viram-se para África, onde adquirem uma porção gigantesca de terra, para produzir alimentos com o único propósito de abastecerem o seu país (Collier & Dercon, 2009). Interessante que os governos africanos promovam este tipo de investimentos, mais ainda quando as suas populações sofrem de fome e má nutrição. O seu país não produz alimentos para a sua população, mas ironicamente garante a segurança alimentar de uma nação estrangeira distante.

Refira-se ainda que o período de concessão dos terrenos é de muito longa duração, referindo Collier e Dercon (2009), que a terra fica, por vezes, concessionada durante 99 anos. Significa que outros governos vão ter de respeitar este negócio, independentemente do que possa acontecer no futuro e das necessidades da sua população? O mais provável é, segundo os mesmos autores, que o negócio seja cessado, não obstante essa situação acarretará vários problemas. Na perspectiva das nações que procuram adquirir esses terrenos, é compreensível que o queiram por um período de tempo muito longo, pois é a forma garantirem a satisfação das necessidades alimentares da sua população. Claramente que esses terrenos e os recursos naturais envolventes serão explorados de forma intensiva para garantir a maior produção ano após ano, legando depois solos fortemente degradados.

O processo de *land grabbing* é tendencialmente obscuro e muitas vezes declaradamente ilegal, baseado em negociações rápidas e secretas que visam legitimar o processo de aquisição de terra de forma célere e sem debate público (Matondi *et al.*, 2011). Mais ainda Collier e Dercon (2009) declaram que estes negócios oferecem demasiadas possibilidades para práticas corruptas da parte dos líderes políticos, sendo exatamente essa uma das razões pelas quais tantas vezes promovem este tipo de investimento nos seus países.

Segundo estimativas no ano de 2009, 30 milhões de hectares de terra africana foram adquiridos através do *land grabbing*. Calcula-se que haja ainda 154 milhões de

hectares de terrenos marginais abandonados ou subutilizados prontos a serem concessionados aos Estados estrangeiros interessados em investir (Matondi *et al.*, 2011). Não obstante, tem-se verificado que muitos destes negócios usam por fachada a aquisição de terras marginais quando o seu interesse verdadeiro são as zonas férteis, onde a produtividade é bastante maior. Quem tem interesse em adquirir este volume de territórios, não pretende obviamente solos de segunda classe, mas antes os melhores possíveis, mais ainda quando em causa está a produção alimentar que pode garantir a segurança alimentar da população dos países investidores. O mesmo acontece no domínio da produção de biocombustíveis, onde por exemplo, se observa na Etiópia uma maior concentração de negócios de biocombustíveis em zonas onde a terra é mais fértil (Matondi *et al.*, 2011).

Apesar, do aumento de *land grabbing* nos países africanos, a informação mais atual revela que somente dois países no continente (Burundi e Uganda) possuem terra suficiente para a dispensarem, seja para a produção alimentar ou de biocombustíveis, sem que haja impacto negativa na sua segurança alimentar (Matondi & Mutopo, 2011).

Todavia os restante governantes africanos, com o propósito de atrair um grande volume de investimentos, defendem continuamente que nos seus países ainda existe muita terra abandonada ou subutilizada, pelo que concessionam centenas de milhares de hectares de terra. Estes governos ao tornarem-se agentes económicos ativos alocando terra para o setor privado (doméstico ou internacional) falham em defender e proteger os direitos das comunidades face aos interesses dos grandes investidores estrangeiros. Nestes negócios, tem sido frequente a expropriação do pequeno agricultor das suas terras, sem a devida compensação, até porque é difícil de encontrar áreas tão vastas que não sejam utilizadas (Matondi & Mutopo, 2011).

A aquisição de terras para produção de biocombustíveis também aumentou em África. Aliás enquanto o preço dos combustíveis fósseis estiverem altos, o rendimento que se retira dos biocombustíveis será igualmente elevado, o que impulsiona a que mais terra seja dedicada a esta produção. Em contrapartida, os biocombustíveis ao concorrerem com a terra agrícola necessária para a produção de culturas alimentares, estão a promover o aumento substancial do preço dos últimos nestes países e a nível internacional.

Condição que afeta negativamente os pobres rurais e urbanos africanos porque vão ter de pagar mais pelos bens alimentares de primeira necessidade. Segundo Matondi *et al.* (2011) o número de mal nutridos no continente aumentou em 20% desde 1992

até 2002, tendo sofrido outro acréscimo com a crise financeira internacional e com o aumento global dos preços dos bens alimentares em 2008. Claro que este aumento não se deve somente, à aquisição de terras, existem por de trás outros fatores, não obstante, o que importa reter é que África não deve desperdiçar oportunidades para apostar na produção alimentar como tem sido feito, enquanto a sua população permanece numa condição de insegurança alimentar.

Tanto mais que, por norma, estes projetos não representam ganhos ou melhorias nas condições de vida das comunidades e pequenos agricultores. Antes pelo contrário, estes são geralmente expropriadas das suas terras, e posteriormente sofrem com a destruição da biodiversidade e recursos naturais, promovida por estes investimentos agrícolas que requerem uma grande quantidade de água para os solos, de forma a manter os elevados níveis de produtividade. Os pequenos agricultores africanos, em geral, devido aos vários obstáculos que enfrentam não possuem um nível de produção que lhes permita ser autossuficientes no que diz respeito à produção alimentar, no entanto através da migração e diversificação das suas atividades lá vão conseguindo aguentar-se. Contudo ao verem-se destituídos da posse da sua terra, perdem também uma das suas fontes de rendimento e a rede de segurança que lhes permitia poderem continuar a apostar em outras atividades, pelo que esta situação simboliza um enorme passo para a sua insegurança alimentar, encurralando estes agricultores num círculo de pobreza.

Observa-se que devido ao encarecimento dos combustíveis fósseis têm sido desviadas maiores quantidades de cereais para a produção industrial de biocombustíveis, aumentando subsequentemente o preço dos alimentos a nível internacional. Em 2007, 18 milhões de toneladas de cereais foram usados para fins industriais, no ano seguinte os valores catapultaram e, foram desviados 100 milhões de toneladas para biocombustíveis e outros propósitos industriais. Observou-se um aumento em flecha do preço dos cereais nos mercados internacionais, recessão à qual África não escapou impune. Posteriormente em 2010 o açúcar atingiu o preço mais alto nos últimos 30 anos, ao mesmo tempo estava a ser usado na indústria dos biocombustíveis (Havnevik, 2011).

Acima foi comentada a maneira como os novos investimentos em África, dentro do setor da agricultura, têm promovido a insegurança alimentar do pequeno produtor agrícola. Igualmente nota-se que a modernização e industrialização da agricultura africana bem como o aumento de produção mediante este tipo de estratégias não são positivas para o pequeno produtor, pois não implicam a melhoria no acesso aos

fatores produtivos, de que este agricultor carece e que são essenciais para a sua revitalização (Matondi *et al.*, 2011b).

Devido ao desvio de recursos, investimentos e trabalho, têm sido severos os efeitos da expansão do *land grabbing* associado às monoculturas para exportação, na disponibilidade local de comida. Desta forma, as nações africanas se não desenvolverem medidas que contrabalancem as consequências acima descritas, aumentam a sua dependência face aos mercados de alimentos, bem como às suas flutuações de preços.

Entretanto, observa-se que, desde 2008 o preço dos bens essenciais permanece alto e volátil, prejudicando todos os agricultores de fracos recursos, que tenham de ir ao mercado para prover ao total ou parte da sua subsistência alimentar.

Relativamente aos biocombustíveis, a produção destes, seja através da aquisição de grandes parcelas de terra ou através de esquemas de *contract farming*, tem alimentado e exacerbado no decorrer dos anos a crise alimentar mundial. As políticas do BM, FMI, e Organização Comercial do Comércio foram a força motriz por detrás desta crise, tendo em conta que, as políticas dessas organizações para África, apostaram na destruição da produção local do pequeno agricultor. Desencorajando qualquer aposta por parte dos países africanos na autossuficiência alimentar e, promovendo por outro lado a importação dos bens alimentares (Bello, 2008).

Ainda assim Kariuki (2011) destaca que a produção de biocombustíveis por parte das grandes empresas transnacionais pode ser algo positivo para África, se o processo estiver enquadrado por políticas adequadas e houver uma participação ativa de todas as partes interessadas. Estes negócios através do investimento na terra, infraestruturas e trabalhadores poderiam desbloquear parte do potencial da agricultura africana.

#### **4.9. Grandes empresas agrícolas - *Contract farming* e *out-growing***

Um dos principais desafios para o camponês africano atual refere-se às alterações provocadas pela globalização da agricultura nos mercados e nos modos de produção. As grandes empresas comerciais agrícolas têm contribuído em larga escala para a modificação dos modos de produção em África, apostando na produção intensiva de monoculturas. Estas empresas não são de toda uma realidade recente ao continente, elas tiveram a sua origem na época colonial.

Porém, a liberalização e posterior globalização da agricultura promoveu a participação em África de um crescente número de empresas que atuam no setor da agroindústria. Estas empresas dominam o comércio internacional agrícola operando em vários países do mundo simultaneamente nas áreas da produção, processamento, distribuição e marketing. Pautam-se pelo uso das mais modernas tecnologias de produção, pelo recurso intensivo à mecanização, e acesso a grandes volumes de capital financeiro para desenvolverem modernos mecanismos de gestão de risco e, para investirem em inovações e novas tecnologias (Collier, 2008).

Destacam-se ainda por, na maioria dos casos, serem fruto do investimento estrangeiro (e igualmente geridas por estrangeiros), focando a sua produção intensiva em monoculturas de exportação de elevado valor comercial nos mercados internacionais (café, chá, coco, algodão, arroz, bananas, borracha, produtos hortícolas, flores e – produtos destinados a biocombustíveis como óleo de palma, cana de açúcar etc.) (Wegner & Zwart, 2011).

Estas grandes empresas agrícolas, na verdade possuem uma dimensão internacional e atuam simultaneamente em vários continentes e países, produzindo, processando e distribuindo para os mercados de elevado valor as suas mercadorias. Apesar de terem uma dimensão percentual muito reduzida dentro do universo agrícola africano, representam uma importante *player* devido à quantidade de pessoas que podem empregar, bem como ao impulso que geram no escoamento da produção dos pequenos produtores africanos para mercados internacionais. Permitindo a alguns, através de esquemas de parceria como o *contract farming* e o *out-growing*, superar os altíssimos níveis de exigência ligados às normas de qualidade e higiene vigentes nos mercados ocidentais (Wegner & Zwart, 2011).

Estas empresas operam em África, através das suas próprias plantações de grande dimensão. Para tal têm de negociar com os governos africanos a aquisição desses terrenos. Mas muito provavelmente, as grandes extensões de solo requeridas, não estarão disponíveis sem negar o acesso à terra aos que já se encontravam a trabalharla (Robbins & Ferris, 2003). Portanto, por vezes, milhares de pequenos agricultores perdem a posse e usufruto das suas terras.

A obtenção de uma contrapartida pela sua perda é também uma questão que depende dos governos e empresas que participaram no negócio. Em alguns casos a compensação cobre as perdas a que foram sujeitos, em outras situações os

agricultores lesados são contratados para trabalhar na empresa, e ainda em outros casos pode não haver indenização ou esta ser de valor muito reduzido (Little, 1994).

Contudo, vários investimentos na agricultura comercial de grande escala fracassam, incapazes de suportar os elevados custos iniciais de operação. Pois é preciso importar instalações, máquinas e químicos agrícolas, depois água e terra têm de estar disponíveis, e na maior parte dos casos é essencial contratar técnicos estrangeiros para gerir a produção e para dar formação aos trabalhadores locais (Robbins & Ferris, 2003).

Os esquemas de produção *contract farming* e *out-growing* fazem parte da forma como operam em África como em outras localidades do mundo. Estes esquemas são na verdade contratos de trabalho estabelecidos com produtores locais, mas caracterizam-se, na maioria dos casos, por serem parcerias de poder bastante desigual entre o produtor contratado e as grandes empresas agrícolas, estabelecidas com o propósito de produzir um produto previamente definido de elevada qualidade e valor para os mercados internacionais.

Nestes contratos, de trabalho intensivo, o contratado é o chefe de família (homem). Ele recebe do contratante os *inputs* (sementes e fertilizantes) necessários e formação em novas técnicas agrícolas, sendo-lhe exigido um volume de produção dentro do parâmetros quantitativos e qualitativos previamente estipulados. As produções sob a égide destes esquemas requerem uma gestão cuidada e intensiva, exigindo a atenção constante do produtor agrícola contratado, por esse motivo tem de recorrer à família para uma monitorização mais frequente e cuidada das culturas. Pelo que todos são envolvidos na participação da plantação destas culturas, as quais exigem muitas horas de trabalho e dedicação. Estes esquemas de produção dependem em grande medida do trabalho gratuito das mulheres e crianças do agregado, e da capacidade do homem em conseguir usar a força laboral de que tem ao seu dispor, situação que causa recorrentemente conflitos de género dentro das famílias (Clapp, 1994).

As companhias que realizam os esquemas de *contract farming* ou *out-growing* desenvolvem preferencialmente a sua atividade em regiões onde a agricultura comercial já se encontra solidificada, e onde existem infraestruturas fiáveis e acesso ao mercado é mais rápido e barato (Little, 1994). Procuram para seus parceiros, especificamente, produtores capitalistas locais (os quais estão dependentes de força laboral contratada) e prósperos agricultores de média dimensão, com experiência prévia neste tipo de produção. Estes agricultores são quem dispõem dos melhores

meios e, quem oferece as maiores possibilidades de garantir um produto final acima da média, ou seja, de excepcional qualidade.

Portanto os pequenos agricultores de poucos recursos e pequenos terrenos agrícolas não são a escolha preferencial, sendo muitas vezes excluídos da seleção para participarem nas parcerias com as grandes companhias agrícolas. Perante estes critérios de seleção rejeitam-se segmentos inteiros de pobres locais e a vasta maioria dos agricultores do continente (Little & Watts, 1994).

Não obstante, dependendo da produção, dos níveis de qualidade a atingir, bem como dos mercados para onde os produtos irão ser exportados, o pequeno agricultor pode também ser contratado ao abrigo destes esquemas. Porém aproveitando a sua situação de desvantagem, são-lhe propostos contratos com condições menos vantajosas do que aos demais (Daddieh, 1994).

O pequeno agricultor como se viu anteriormente não é uma classe homogénea, e as grandes empresas comerciais não procuram qualquer tipo de pequeno produtor agrícola. Interessa-lhes aqueles que, de entre os pequenos agricultores tenham as maiores parcelas de terreno e orientem a sua produção para o mercado, para além de ser importante experiência prévia neste tipo de produções. Logo, o maior grupo de pequenos agricultores (os mais empobrecidos e que orientam a sua produção apenas para a sua autossuficiência) fica de fora, sendo apenas selecionados uma pequena parte de uma minoria. Estes são os que estão mais bem preparados para engajar nestas *value chains* e delas tirar o maior partido, eles têm o *know-how* e a capacidade de providenciar consecutivamente *outputs* de grande qualidade, e em caso de necessidade tem ainda a capacidade de contratar força laboral para apoiar nas atividades agrícolas (Daddieh, 1994).

Este pequeno agricultor comercial é quem está a tirar o maior proveito das novas tendências no setor agrícola. Espera-se, por isso, que o crescimento deste grupo possa ter repercussões positivas nos outros pequenos agricultores, principalmente através da contratação de mão-de-obra (Mukonyora & Bugo, 2013; Robbins & Ferris, 2003).

Os contratos apesar de draconianos, representam oportunidades únicas para milhares de pequenos produtores agrícolas africanos que desejam ser recrutados, para poderem beneficiar de um aumento de rendimentos e de formação em novas técnicas agrícolas. Para tal, o agricultor abre mão da sua autonomia, em prol do seguimento

escrupuloso dos processos definidos pela companhia como as práticas corretas e mais eficientes para a produção da cultura em causa.

O produtor está ligado à companhia através de uma cláusula de exclusividade, pelo que obviamente só poderá vender os seus produtos de elevada qualidade a quem o contratou. Não obstante, cabe ao contratante verificar se a mercadoria respeita a normas de qualidade acordadas previamente, e em caso de anomalia a mercadoria será rejeitada, pelo que o produtor não receberá o pagamento por ela.

Em vários contratos as companhias mantêm os direitos de controlo dos *inputs*, para além de reterem ainda os direitos temporários sobre o trabalho e a terra do produtor. Tendo em conta as relações de poder desiguais nestes contratos, as companhias têm ainda o direito de terminar o contrato a qualquer momento, alegando incumprimento dos requisitos e parâmetros de qualidade. Situação que pode deixar milhares de agricultores com dívidas, se o contrato se baseava numa relação de dependência entre as partes, mormente quando o produtor tem dívidas face à companhia, advindas da contração de créditos à atividade (Watts, 1994).

Aos esquemas de *contract farming* e *out-growing* apontam-se genericamente alguns problemas dos quais se destacam aqui dos mais gravosos:

Levam à intensificação das desigualdades rurais entre os que são produtores contratados e os que foram excluídos de participar, por serem pobres em recursos (trabalho e terra), apesar de representarem o grosso dos agricultores do continente (Watts, 1994). As empresas raramente contratam dos quartis mais pobre da população agrícola. Regra geral estes são recrutados por valores bastante mais baixos como força de trabalho nas plantações maiores (Little, 1994).

A base deste tipo de contrato é a autoexploração do agregado. A obtenção dos elevados níveis de qualidade depende do trabalho gratuito dos outros elementos do agregado (Watts, 1994). Como ponto positivo destaca-se a grande quantidade de empregos que são criados através destes esquemas numa só região, chegando a empregar centenas de pessoas diariamente (Little 1994). Por outro lado, como ponto negativo, o emprego para as classes mais baixas dentro destes esquemas de *contract farming* e *out-growing*, é muito mal pago, recebendo para subsistência ou abaixo desse nível. Portanto, muitos dos agregados familiares têm ainda de procurar fontes de rendimento adicionais, estas continuam a ser vitais para a sua sobrevivência.

Por último, Clapp (1994) adverte ainda que estes contratos levam à interrupção da produção para subsistência e inevitavelmente ao empobrecimento do pobre rural. Consideração esta que é corroborada por Watts (1994), quando analisa o caso da empresa queniana *Western Kenya*, notando que ao longo de 20 anos os agregados que participaram nestes esquemas de produção tiveram aumentos consideráveis de rendimentos, porém isso não se repercute em melhorias na nutrição das mulheres e crianças em pré-escola.

Em geral, a informação existente desenha uma imagem negativa das consequências do *contract farming* para a segurança alimentar, tendo em conta que o aumento dos preços para os bens alimentares de primeira necessidade é maior em zonas com intensa concentração deste modelo de produção (Little, 1994). Portanto onde se verifica uma substituição em grande escala na produção de produtos alimentares por produtos não-alimentares, os dados sugerem um aumento dos preços dos produtos substituídos em virtude da menor oferta. Esta situação afeta com maior intensidade agricultores contratados de baixos rendimentos e, ainda os pequenos agricultores, que mesmo apostando na subsistência do agregado continuam a ser compradores de bens alimentares (Little, 1994).

Dos aspetos positivos do *contract farming* e do *outgrowing*, vários autores salientam as oportunidades de trabalho que as grandes empresas agrícolas podem representar para os produtores locais. Em primeiro lugar as empresas providenciam a estes pequenos agricultores melhores rendimentos, do que os que teriam se não participassem nestes esquemas e ainda uma situação quase segura para escoarem a sua produção (Robbins & Ferris, 2003). No entanto, para que estes benefícios se realizem seria necessário que a remuneração do pequeno agricultor fosse acima da sobrevivência do agregado e que cesse a exploração de mão-de-obra gratuita. Os governos devem impor maior justiça e equidade nos contratos, porque não são definitivamente as empresas que irão dar esse primeiro passo, nem os trabalhadores e sociedade civil que estão desorganizados e não têm poder. Para além disso, os pequenos agricultores mais pobres e sem recursos, também devem de ser envolvidos, engajando-os em cadeias de valor que requeiram que eles atendam a modernos padrões de produção (Robbins & Ferris, 2003).

#### **4.10. Conclusão**

Os vários constrangimentos que o pequeno agricultor enfrenta a nível interno e externo não são estanques, os seus efeitos têm repercussões vastas intensificando as consequências uns dos outros. No entanto, a frequência de alguns destes constrangimentos tem também vindo a diminuir como é o caso dos conflitos e guerras civis. Nota-se que existem atualmente menos conflitos em África do que no passado. Enquanto isso, as alterações climáticas ou a epidemia do HIV/Sida afetam ainda de forma intensa o pequeno agricultor, o fraco acesso a inputs produtivos, a empréstimos e seguros continua a impedir maiores investimentos destes na agricultura. E a globalização da agricultura africana, apesar dos efeitos negativos até então sentidos, se for gerida com maior cuidado poderá representar através das empresas agrícolas comerciais uma alternativa ao crescimento do setor.

As medidas políticas que procurem revitalizar a pequena agricultura devem ter em conta todas estas condicionantes e, em simultâneo procurar solucionar cada constrangimento. No entanto, observa-se que a dimensão de alguns problemas ultrapassam as fronteiras nacionais, portanto para a sua superação é requerida uma colaboração entre os países africanos e as organizações internacionais. No capítulo seguinte analisar-se-á perante estes constrangimentos se a pequena agricultura pode vir a ser o motor de desenvolvimento, como é preconizado por alguns, ou antes pelo contrário, o futuro da agricultura passa pela sua industrialização através das grandes empresas agrícolas.

## **Capítulo V - Que futuro para o Pequeno Agricultor?**

### **5.1. O pequeno agricultor como motor do desenvolvimento agrícola**

No presente capítulo analisam-se os argumentos que preconizam que a pequena agricultura se pode tornar a grande força motriz para o alívio da pobreza e insegurança alimentar em África

Tem sido defendido que o desenvolvimento do setor agrícola deve ser baseado na melhoria das condições do pequeno agricultor, se se pretende mais do que apenas um aumento da capacidade de produção de bens agrícolas do continente. Neste sentido o Banco Mundial advoga que, se o pequeno agricultor for o agente ativo no desenvolvimento do setor agrícola, os elevados níveis de pobreza e insegurança alimentar irão recuar, uma vez que o grupo mais fragilizado e vulnerável seria o criador de riqueza (World Bank, 2007).

Dentro desta perspetiva para que a redução da pobreza e crescimento económico sejam possíveis, o crescimento agrícola tem de ser constante e robusto. Todavia, a performance agrícola africana desde 1960 levanta algumas dúvidas se tal será possível no futuro. Ainda que a partir dos anos 90 com o crescimento das economias africanas e em alguns países com a implementação de programas Estatais de apoio à agricultura a produtividade do setor tenha crescido com alguma regularidade, mas ainda de forma bastante lenta.

Ainda assim, apesar dos desafios enormes, mas contemplando que o setor agrícola nos últimos anos apresentou algum crescimento, muitos dos decisores políticos e profissionais do desenvolvimento continuam a encarar o pequeno agricultor como a força motriz do crescimento económico para os países africanos, baseando os seus argumentos nas vantagens que o pequeno agricultor possui.

Os argumentos em favor de um desenvolvimento promovido pelo crescimento agrícola fundam-se no elevado número de pobres nas zonas rurais cuja atividade principal é a agricultura e, conseqüentemente na evidência de que o investimento na agricultura produz maior rendimento e alívio da pobreza entre esta população, para além de ter efeitos secundários mais benéficos para o crescimento dos outros setores.

Os pequenos agricultores representam o maior grupo e constituem a maior porção dos pobres rurais, apresentam a maior proporção de produção agrícola, não esquecendo ainda que uma grande quantidade de rendimentos depende igualmente da pequena agricultura (Narayanan & Gulati, 2002). A sua importância e dimensão são tão grandes que os sucessos e fracassos deste grupo influenciam os níveis de pobreza rural dos países.

Vários estudos argumentam que o crescimento agrícola, em países de baixo rendimento, pode contribuir mais, do que qualquer outro setor, para o crescimento económico e a redução de pobreza. Este crescimento afetaria positivamente aqueles que estão ligados diretamente à agricultura, tendo ainda outros efeitos secundários como o aumento da procura de *inputs*, bem como de serviços de transporte e distribuição. Os efeitos positivos espalhar-se-iam, e seriam igualmente sentidos nos outros setores de atividade, através de investimentos em infraestruturas nas comunidades rurais. Para além de poderem contribuir ainda para a descida generalizada do preço dos bens alimentares de primeira necessidade, o que origina um aumento direto no poder de compra (Staatz & Dembélé, 2007).

O crescimento agrícola é, assim importante para retirar a maioria da população africana da pobreza, nomeadamente através da criação de postos de trabalho na agricultura, e serviços associados, bem como fora do sector agrícola (Staatz & Dembélé, 2007; Diao, *et al.*, 2006; World Bank, 2007).

De acordo com os proponentes desta visão os agricultores possuem algumas vantagens sobre os demais pobres africanos. Antes de mais possuem terra (e força laboral própria), e este bem é valioso, colocando-os numa melhor posição para aproveitar em futuras oportunidades (Narayanan & Gulati, 2002).

Dentro desta perspectiva para que a redução da pobreza e crescimento económico sejam possíveis, o crescimento agrícola tem de ser constante e robusto. Todavia, a performance agrícola africana desde 1960 levanta algumas dúvidas se tal será possível no futuro. Apesar de o crescimento agrícola ser constante, durante um longo período pautou-se por ser mais lento do que o crescimento da população, ainda que nos anos 90 essa tendência tenha terminado. De qualquer maneira, na maioria dos casos o crescimento agrícola em África foi obtido às custas da expansão das áreas cultivadas, e somente, mais recentemente (desde 2000) políticas favoráveis à agricultura ajudaram a estimular e diversificar a produção, apostando em culturas de maior valor comercial (Staatz & Dembélé, 2007).

Possuem uma alta eficiência produtiva por hectare. Não obstante, a relação inversa entre dimensão da propriedade e produtividade da terra, verifica-se somente para alguns tipos de culturas, ou seja, o pequeno agricultor possui níveis de produção mais elevados por hectare do que as grandes propriedades agrícolas, mas não para todos os produtos.

Este fenómeno da relação inversa é em parte explicado pelos baixos custos associados à força laboral utilizada. Porém, destacam-se outros fatores para explicar este fenómeno, tais como a produção ocorrer sob condições climáticas variáveis e em solos de diferente qualidade, funciona como um incentivo para o pequeno agricultor trabalhar mais arduamente e colocar um enfoque na gestão cuidada da produção, realizando uma frequente supervisão da mesma. Têm um forte incentivo para maximizar a produção, pois ela é o seu sustento (Binswanger-Mkhize & Byerlee, 2009).

Assim a vantagem não tem origem no tamanho da propriedade agrícola, como era inicialmente considerado, mas antes nos incentivos sentidos pelos que a gerem (Binswanger-Mkhize & Byerlee, 2009). A eficiência produtiva pode ser ainda explicada pelos baixos custos associados à força laboral utilizada, o recurso direto a mão-de-obra familiar gratuita evita o dispêndio de recursos na contratação de força de trabalho, elevando o valor da produção (Gollin, 2014).

Acrescente-se, igualmente, que o trabalho familiar, por não exigir uma remuneração, representa uma poupança de custos para o pequeno agricultor. Esta força laboral familiar é extremamente flexível, pode trabalhar continuamente e com intensidade em momentos de maior necessidade. E quando o período de trabalho intenso termina, pode ser rapidamente mobilizada para outras tarefas dentro ou fora do setor agrícola, representando por isso um rendimento extra para o agregado (Gollin, 2014).

À medida que se vai subindo na cadeia de valor os ganhos de produtividade do pequeno agricultor são suplantados pelas suas evidentes ineficiências no domínio da logística interna (transporte, processamento e armazenamento), nas fracas ligações aos mercados e, nos constrangimentos de acesso a recursos financeiros e infraestruturas variadas. Neste domínio as empresas comerciais agrícolas de grande escala mostram ser mais eficientes (Wegner & Zwart, 2011).

A pequena agricultura pode ainda contribuir fortemente para o crescimento económico e redução da pobreza através da criação de empregos dentro e fora do sector, bem como através do investimento directo nas comunidades (Wegner & Zwart, 2011).

Para tal é requerido que o aumento na acessibilidade dos *inputs*, aumente subsequentemente os níveis de produtividade. Resultando depois, na necessidade de contratar mais empregados assalariados para fazer face à crescente produção. Providenciando desta forma emprego e rendimentos a uma maior parte da população rural. Esta situação contribui para um aumento da estabilidade económica e dos seus recursos financeiros de alguns agregados.

Defende-se ainda que os pequenos agricultores possuem um padrão de despesas e consumo mais favoráveis ao crescimento da económica local. Preferem investir os seus rendimentos localmente, seja na construção de infraestruturas, serviços ou manufaturas. Criando dessa forma uma procura adicional por vários serviços e produtos, também eles de mão-de-obra intensiva, que serão produzidos e oferecidos localmente. Esta situação conduz ao aumento do emprego fora do sector agrícola (Wegner & Zwart, 2011), bem como à possibilidade dos trabalhadores sem terra e dos pequenos agricultores de subsistência abandonarem a agricultura, em prol de uma actividade fora deste sector.

A maioria dos pequenos agricultores para subsistência, apesar de como foi referido anteriormente verificarem poucos aumentos substanciais de produtividade para os retirar da sua situação de pobreza, passam a conseguir garantir em melhores condições a sua autossuficiência. E contribuem ainda assim para uma maior segurança alimentar vendendo o remanescente da sua produção e adquirindo um rendimento extra (Wegner & Zwart, 2011). A aposta generalizada e intensiva na produção alimentar se acompanhada por ganhos de produtividade pode ser bastante benéfica para este produtor. Em princípio, poderia possibilitar um maior fornecimento dos mercados locais, fazendo baixar o preço dos bens alimentares de consumo diário. O que tornaria possível o aumento do acesso a esses bens, aliviando a insegurança alimentar, e libertando trabalho e capital para o investimento em culturas de elevado valor e em actividades não agrícolas (Jayne *et al.*, 2005).

Destaca-se ainda a capacidade destes agricultores em serem mais competitivos nos mercados domésticos e regionais do que os produtos importados, pois estes possuem custos logísticos de transporte associados que encarecem o preço final. Porém a actual existência de fortes ineficiências na logística interna, e os elevados custos da mesma, associados a uma fraca produtividade desfavorecem a conquista dos mercados regionais (Binswanger-Mkhize & Byerlee, 2009).

## 5.2. Perspetiva pró grandes empresas agrícolas

Vários autores põem em causa se o investimento direcionado principalmente para o fortalecimento da pequena agricultura, será o suficiente ou até o mais correto para reduzir a pobreza e insegurança alimentar em África. Debatem-se essencialmente para que outros modelos sejam contemplados e analisados, pois à luz das suas evidências a pequena agricultura não possui o potencial alegado pelo atual modelo desenvolvimento.

Desta maneira, procuram demonstrar que este modelo pode em várias situações, estar a falhar em apresentar as alternativas mais corretas e produtivas para o desenvolvimento e crescimento económico de África. Os seus trabalhos críticos procuram trazer à luz, novas perspectivas e informações que influam para um melhor debate e tomadas de decisão.

Segundo Collier e Dercon (2009), as vantagens associadas à pequena agricultura estão sobrevalorizadas, e no contexto atual elas não representam uma mais-valia tão importante como, recorrentemente, outros estudos fazem crer. Têm, igualmente, dúvidas se a agricultura pode com sucesso gerar crescimento em África, perante as condições de mercado atuais. Estes autores defendem que características como a capacidade de adaptação a novas tecnologias, acesso a crédito e seguros, capacidade de correr risco, e domínio de marketing em grande escala são os atuais elementos chave para o sucesso na agricultura moderna, principalmente quando África tem os seus mercados abertos e concorre necessariamente contra empresas agrícolas internacionais subsidiadas pelos seus países. Estes três elementos estão presentes nas grandes empresas agrícolas comerciais, que consideram firmemente serem o futuro da agricultura africana, e o caminho para a modernização e industrialização desta, bem como a forma de absorver a abundante força de trabalho disponível.

Admitem, no entanto, os efeitos negativos advindos do *contract farming* ou os resultantes do *land grabbing*. Estes problemas devem ser resolvidos pelos governos africanos e organizações internacionais de forma rápida e concreta, mas sem travar o ímpeto do processo em curso (Staatz & Dembélé, 2007).

Reconhecem igualmente a importância e o peso dos milhões de pequenos agricultores, no entanto defendem que os aumentos de produtividade na agricultura,

em parte, vão ter de ser gerados pela saída de milhares de pequenos agricultores do setor, migrando para outras atividades ou até mesmo outros setores (Collier & Dercon, 2009). Políticas públicas devem promover oportunidades de emprego devidamente remunerado e seguro na agricultura comercial enquanto trabalhadores contratados, para além do abandono dos campos pela maioria, deve ser realizada com a supervisão e proteção do Estado, para não se gerarem novas catástrofes humanas, das quais África já teve o suficiente (Staatz & Dembélé, 2007; Collier & Dercon, 2009).

De acordo com Collier (2008) no seu artigo “*The Politics of Hunger*”, o pequeno proprietário agrícola não tem qualquer hipótese de promover o crescimento económico e cumulativamente reduzir a pobreza. Para o autor, existem em África demasiados pequenos agricultores, ineficientes, e demasiado pequenos para que aumentos de produção tenham um reflexo positivo. Para além de estarem espalhados pelo continente em locais distantes de difícil acesso e longe uns dos outros, o que dificulta a criação de infraestruturas de acesso e comunicação bem como o seu acesso aos mercados locais, regionais e centrais. Refere, ainda, que estes são mais avessos ao risco, e menos capazes de implementar novas tecnologias de produção (Collier & Dercon, 2009).

Considera que o caminho que o modelo atual preconiza não é o mais correto. O futuro no parecer de Collier e Dercon (2009) passa pelo investimento nas tecnologias de produção necessárias para superar a fraca produtividade e, na criação e multiplicação de empresas agrícolas comerciais de grande escala. Sustenta ainda que a pequena agricultura familiar tem de integrar-se, tanto quando possível, verticalmente com as empresas agrícolas de grande dimensão, para poderem ter acesso facilitado aos mercados internacionais e escoarem os seus produtos.

Em suma para Collier (2008) as grandes organizações agrícolas estão melhor equipadas para lidar com investimentos, regulamentações e inovações necessárias, têm melhor acesso aos mercados internacionais para onde exportam os seus produtos, e ao seu dispor encontra-se o capital financeiro de que precisam para gerirem adequadamente os seus riscos.

Asenso-Okyere e Jemaneh (2012) subescrevem o acima referido ao afirmar que, a agricultura de grande escala é mais competitiva quando se foca nas questões do avanço tecnológico, capital financeiro e logística. Sendo que estas vantagens se sobrepõem largamente à produtividade inversa das pequenas propriedades agrícolas.

Através dos modelos *out-growing* e *contract farming* estas empresas podem trazer benefícios e inovação para as pequenas propriedades agrícolas.

O Banco Mundial considera preferível a actuação da agricultura comercial de grande escala, nas três situações que se seguem (Binswanger-Mkhize & Byerlee., 2009):

- a) Quando se verifica a existência de grandes porções de terra vazia relativamente fértil, as empresas comerciais agrícolas de grande escala são a aposta preferível para proceder à exploração agrícola de áreas de fraca densidade populacional;
- b) Quando compete em mercados internacionais de exportação, onde os níveis de qualidade e os requisitos para os produtos são mais elevados, e exigindo as referências sobre a origem do produto até ao produtor;
- c) Quando se procuram conseguir economias de escala.

Estas condições estão presentes em plantações de produtos para exportação (chá, café, bananas, cacau, vários produtos hortícolas, flores, cana de açúcar, óleo de palma e ainda outros produtos dos quais se pode fazer biocombustíveis). Após a colheita estes produtos requerem processamento rápido acompanhado do armazenamento adequado para manter e preservar as características do produto inalteradas, caso contrário a qualidade dos mesmos perde-se e, com ela o seu valor.

Todo este processo é mais difícil para a pequena agricultura pois exige um nível de concentração de esforços, coordenação, organização e logística, que na maioria das vezes é inexistente. Se as operações associadas à agricultura forem devidamente coordenadas com as operações não-agrícolas (processamento, transporte, armazenamento e marketing), as economias de escala podem também ser transmitidas ao pequeno agricultor, permitindo-o fazer parte deste ciclo produtivo, através de uma integração ou parceria com as grandes empresas agrícolas (Wegner & Zwart, 2011).

Acrescente-se ainda, que apesar de defenderem um investimento direccionado para as grandes empresas agrícolas em detrimento da pequena agricultura, consideram firmemente que a aposta nos outros sectores económicos é essencial.

Tendo em conta as distintas características dos países, as soluções para os seus problemas económicos devem ter em conta as vantagens e constrangimentos de cada nação. Estes autores sustentam que os recursos económicos existentes devem ser disponibilizados para investir nas áreas onde as oportunidades são maiores, e há

poucas evidências para eles, que sugeriram que essa alocação tenha de ser onde, de momento, se encontra o maior volume de força de trabalho (Collier & Dercon, 2009). Assim, para as nações ricas em recursos naturais e situadas no litoral, as maiores hipóteses de desenvolvimento situam-se na exploração das suas mais-valias, e a agricultura não é o ponto forte das nações com estas características.

A exportação de recursos naturais pode funcionar com motor para o crescimento, devido à entrada de capital no país, no entanto, o crescimento só surgirá se os rendimentos obtidos das exportações forem investidos em ganhos de produtividade nos outros setores, e ajudar a desenvolver a economia em geral (Diao *et al.*, 2006). Nestes países consideram que a agricultura deve somente tomar um lugar complementar de ajuda ao desenvolvimento e crescimento (Dercon, 2009).

Por outro lado, nos países do interior, sem acesso a mar e a recursos naturais valiosos, por não possuírem nenhuma vantagem competitiva interna, resta-lhes o investimento na agricultura. O qual deve ser de longa duração e comprometido, se pretendem de facto desenvolverem o sector. Simultaneamente devem procurar o progresso tecnológico e considerar constantemente outras medidas para aumentar a produtividade agrícola. Não se esperam, no entanto, aumentos súbitos de produção ou crescimento rápido (Dercon, 2009).

O desenvolvimento dos sectores produtivos em África deve, ainda, ser pautado pelo uso intensivo de mão-de-obra, para que o tecido económico possa absorver a grande quantidade de força laboral disponível no continente (Dercon, 2009). Até porque em termos históricos, a transformação para economias de maiores rendimentos e baixos níveis de pobreza foi obtida através de um aumento do trabalho assalariado seguro, com uma remuneração competitiva e estável, em que os agricultores se tornam empregados contratados nos sectores da indústria e dos serviços (Dercon, 2009; Collier & Dercon, 2009). O aumento da empregabilidade preferencialmente nos sectores de actividade não agrícola e, a redução de uma grande percentagem da população engajada em actividades agrícolas são dois pontos fundamentais para modelo.

### **5.3. Conclusão**

Estas duas perspectivas sobre o papel dos pequenos agricultores no desenvolvimento agrícola africano apresentam em muitos pontos argumentos antagônicos embora muitos proponham uma conjugação dos dois modelos.

A pequena agricultura tem uma orientação fortemente produtiva, e é o resultado do seu trabalho que alimenta ainda grande parte do continente africano. Essa é também uma das grandes razões para se continuar a apostar no desenvolvimento da agricultura a partir das bases, porque, é essencialmente o pequeno agricultor, com múltiplas condições a concorrer em seu desfavor, o produtor de alimentos do continente, ainda que o faça de forma ineficiente.

Portanto, se esforços sérios e concertados forem realizados para eliminar parte dos constrangimentos que o afligem, a produção pode aumentar levando a ganhos na segurança alimentar e à redução da pobreza. Estes, pelo menos, serão os resultados diretos, e se multiplicados pelos milhões de pequenos agricultores, já farão uma diferença enorme no continente e nas condições de vida de muitos.

É igualmente preconizado, neste modelo, uma maior aposta na produção alimentar para que os países africanos diminuam a sua dependência face às importações e aos choques alimentares internacionais. Em relação à produção para a exportação preconiza-se a exploração de alguns nichos, mas dadas as elevadas exigências de qualidade dos mercados ocidentais, o pequeno agricultor comercial terá de continuar a aproveitar as oportunidades oferecidas pela integração vertical em empresas agrícolas com economias de escala, que possam escoar a sua produção.

É difícil perceber de onde viria o financiamento para poder desenvolver e concretizar para todo o continente uma aposta massiva no pequeno agricultor. Tendo em conta que seria necessário revitalizar e construir infraestruturas, contratar pessoas para gerirem os programas, controlar os fundos doados, e ainda fornecer as sementes, fertilizantes, formações, etc. Existem muitos fatores de ordem internacional que afetam negativamente a agricultura africana, e é igualmente difícil perceber quais as reformas nesse domínio.

Por outro lado, o modelo que aposta nas grandes empresas comerciais, e no desenvolvimento dos outros setores produtivos, nomeadamente industrialização, também tem algumas áreas cinzentas.

Em relação a este modelo surgem algumas questões. Qual é o papel da produção alimentar? Porque nos seus trabalhos Dercon e Collier reportam-se sucessivamente a

uma agricultura comercial para exportação, e um sucessivo abandono dos campos pelo pequeno agricultor. Assim sendo, ficaria África refém das importações e dependente dos choques alimentares. Será o modelo capaz de superar as injustiças associadas às práticas das grandes empresas comerciais, teriam os governos capacidades de proteger os seus cidadãos contra abusos? Teria ainda capacidade para produzir riqueza e crescimento, de forma a gerar alívio da pobreza e da insegurança alimentar?

A maioria dos países africanos possui um pequeno e ineficiente setor industrial com uma performance muito pouco impressionante (Diao *et al.*, 2006). Portanto, onde ficariam empregados todos aqueles que abandonassem de forma permanente os campos? Ellis (2005) advoga que se devia fomentar a migração dos pequenos agricultores para as zonas urbanas, e uma vez nas cidades (as quais em geral não têm empregos), os indivíduos através do seu “engenho” seriam capazes de criar as oportunidades para obter rendimentos de forma a garantir o seu bem-estar. Por outro lado, Collier e Dercon (2009) defendem que se deviam criar postos de trabalho assalariados e seguro para absorver todos os que abandonam a agricultura. Mas o problema passa precisamente por não haver empregos fora da agricultura, se o continente fosse capaz de criar essa quantidade de empregos na indústria ou serviços já há muito o teria feito.

Ainda que a diversificação de ocupações possa ser uma fonte de crescimento para as zonas rurais em África, Diao e seus colegas (2006) comentam que os agricultores africanos ao longo destas décadas foram incapazes, através desta estratégia, de encontrar caminhos para fora a pobreza. Portanto é pouco claro como é que um abandono dos campos poderia funcionar melhor, principalmente nos países onde os setores não agrícolas não têm dimensão.

O que se assiste em África é uma migração motivada pela estagnação da agricultura e não impulsionada pelo crescimento dos outros setores, o que por diversas vezes, conduz os agregados a condições de vida ainda mais precárias, pois não encontram nas cidades as oportunidades e rendimentos que inicialmente esperavam.

No relatório *Awakening Africa's Sleeping Giant*, o Banco Mundial declara “existir pouca evidência que o modelo de agricultura de grande escala seja necessário ou até particularmente promissor para África” (Binswanger-Mkhize *et al.*, 2009:8). Acrescenta ainda que, nos últimos 15 anos, o crescimento do setor agrícola não esteve positivamente correlacionado com os modelos de grande escala.

O modelo que favorece o investimento na pequena agricultura, também reconhece a importância das grandes empresas agrícolas, principalmente para desenvolver uma classe de agricultores capitalistas focados na exportação dos seus produtos. Aceita, igualmente, como foi anteriormente visto, que a pequena agricultura não é por si só a solução para a segurança alimentar. Comentando que os pequenos agricultores com menos de um ou dois hectares não serão capazes de ganhar rendimentos suficientes através da produção alimentar para saírem da pobreza, sem que tenham de diversificar fontes de rendimento.

De tal forma que o aumento de grandes empresas agrícolas a operarem em África, pode ser uma alternativa para absorver a mão-de-obra mencionada, contando que estas empresas sejam baseadas em trabalho intensivo. No entanto, o investimento na pequena agricultura, continua a ser vital, conforme Diao *et al.* (2006) mencionou, o crescimento da produção alimentar nos países de melhores recursos naturais, costeiros e interiores, oferece consistentemente maiores possibilidades de redução de pobreza, do que os restantes setores.

Em grande medida África continua a depender deste pequeno produtor alimentar. Deve, no entanto, procurar deixar de depender da importação de bens alimentares, e assim evitar choques alimentares cuja tendência é para serem mais regulares no futuro, à medida que mais produtos agrícolas são desviados para fins industriais.

Portanto, é vital, lidar com os problemas que a afetam este o pequeno produtor. Os governos africanos têm de ser mais atuantes nas áreas que importam para o desenvolvimento agrícola, e a nível internacional os países ocidentais teriam de aceitar condições mais justas para os acordos comerciais agrícolas.

No entanto, a nível internacional as mudanças favoráveis têm sido muito poucas, o que é indicativo de uma fraca vontade em reformar o sistema internacional sem o qual, a agricultura africana dificilmente conseguirá impulsionar-se em direção ao progresso e alcançar o esperado potencial. Por outro lado, da parte dos governos africanos, têm havido casos excecionais de uma forte aposta na agricultura, no entanto, a generalidade mantém os níveis de investimento agrícola abaixo do que foi definido pelo CAADP.

Apesar de nos anos recentes a agricultura ter tido algum crescimento, este como Binswanger-Mkhize (2009) explicou não foi, na generalidade dos casos, resultado de uma maior aposta na reabilitação das infraestruturas de que o mundo rural carece ou até de maior investimento na promoção da melhoria das condições de produção da

pequena agricultura, mas surge como um efeito positivo do crescimento económico e da abertura dos mercados ao investimento direto estrangeiro.

Assim, o estado da agricultura africana, em parte, é um reflexo do abandono dos governos africanos e das regras de comércio internacional desiguais que favorecem os países ocidentais. Por essa razão, deveria procurar complementar-se ambos os modelos. Neste caso, os governos africanos juntamente com agências internacionais investem na essencial melhoria das condições, da produção e da produtividade da pequena agricultura. Por outro lado, aumenta-se aposta nas grandes empresas agrícolas, garantindo que estes recompensem devidamente todos os que são lesados pelo *land grabbing*, e que proceda à criação de um elevado número de postos de trabalho com contratos estáveis e devidamente remunerados. Se se pretende que este segundo modelo seja criador de riqueza, deve de se garantir que a mesma é partilhada com as classes mais baixas, e que essas são uma parte ativa no processo.

## Capítulo VI - Conclusão

Nesta investigação colocaram-se, inicialmente, as seguintes questões de partida: como é que os produtores de bens alimentares básicos que todos consomem, e a vasta maioria tem de pagar para os adquirir, são simultaneamente os mais pobres e os mais *food insecure*. Será que isto foi sempre assim, ou terá este agricultor perdido capacidade produtiva? O que aconteceu em termos de produção agrícola em África e quais são os obstáculos que o pequeno agricultor tem encontrado ao longo dos tempos. Finalmente como é que o pequeno agricultor pode atingir o seu potencial.

Primeiramente, o pequeno agricultor não esteve sempre na situação em que se encontra atualmente, tanto que África inicia o período pós independência capaz de satisfazer as suas necessidades alimentares, ou seja era autossuficiente, não estava dependente das importações de bens alimentares. Tal significa que a pequena agricultura tinha uma capacidade de produção bastante maior do que aquela que mostra atualmente, sem esquecer, no entanto, que a população do continente no início dos anos 60 era consideravelmente mais reduzida.

Efetivamente, nas últimas décadas o pequeno agricultor perdeu capacidade produtiva. Entre alguns dos fatores determinantes para essa perda destacam-se os programas de ajustamento que promoveram o afastamento do Estado da economia, passando este a ter um papel somente regulador e, deixando de poder intervir nos setores produtivos através de apoios estatais. Para o setor agrícola isso representou o fim de subsídios à aquisição de fertilizantes e sementes, o fim dos serviços de extensão rural e desinvestimento total em investigação, e ainda o fim da distribuição e marketing organizados pelo Estado. Em geral houve um abandono da agricultura por parte dos governos africanos.

Nos anos 90 a capacidade produtiva dos pequenos agricultores já tinha sido fortemente erodida e, para este resultado, contribuíram também largamente as inúmeras guerras e conflitos presentes no continente africano desde as independências. O vírus da Sida, as secas e as catástrofes naturais cada vez mais frequentes e intensas concorreram para a fragilização da pequena agricultura. Esta agricultura tornou-se muito vulnerável a todos estes fatores devido à falta de acesso aos fatores de produção, a empréstimos e seguros, ao mercado, a infraestruturas de distribuição e, a novas tecnologias.

A abertura dos mercados africanos ao comércio internacional teve igualmente um efeito negativo na pequena agricultura africana. As regras de comércio internacionais sendo desiguais são bastante prejudiciais aos países africanos que foram inundados de produtos importando e que viram as suas exportações dificultadas por barreiras técnicas. As situações de *land grabbing* e a aposta na produção de biocombustíveis em detrimento da produção alimentar deu origem a novos problemas sociais com vários milhares de pequenos agricultores a ficarem sem as suas terras, e por outro lado conduziu ao aumento do preço dos bens alimentares básicos. Por outro lado, as grandes empresas agrícolas não tiveram o efeito positivo no desenvolvimento da agricultura africana que se esperava inicialmente.

O pequeno agricultor, no entanto, e apesar dos baixos níveis de produtividade e rendimentos mantém-se ligado à agricultura porque não tem trabalho estável e seguro fora deste setor. Por norma, os rendimentos do trabalho fora da agricultura são bastante baixos, sendo insuficientes para garantir a sua subsistência e do agregado. Não obtendo rendimentos suficientes nem na agricultura nem nas atividades alternativas que desenvolvem, o agricultor não pode abandonar nenhuma das atividades em favor da outra. Assim, o pequeno agricultor tornou-se mais pobre e *food insecure*, essencialmente por não ter nenhuma alternativa à agricultura que ele pratica, que é de fraca produtividade e rendimentos.

Todos estes fatores representam obstáculos a serem superados se se pretender revitalizar e desenvolver o potencial da agricultura. Como se viu, o desenvolvimento deste potencial terá de ter em conta uma multiplicidade de fatores extremamente complexos, externos e internos, políticos, técnicos, económicos e sociais. Na procura de soluções é essencial ter em conta as dinâmicas externas internacionais nomeadamente as regras do comércio internacional no sentido de se criarem condições internacionais mais favoráveis à agricultura africana. Também as políticas e a ação dos governos dos países africanos, durante tantos anos negligentes face ao

desenvolvimento agrícola, são fundamentais para a criação e manutenção de infraestruturas de que o mundo rural carece, bem como em programas de fomento da produção.

A cooperação internacional também pode ter um papel importante ao comprometer-se com o desenvolvimento da pequena agricultura através de verdadeiras parcerias de iguais. Os governos africanos têm de dar provas do seu comprometimento para com este desenvolvimento, se esse é o caminho que escolhem para a redução da pobreza e insegurança alimentar, e serem seguidos pelas agências internacionais (e não o contrário, a agências internacionais a definirem as intervenções para o setor segundo a sua ideologia) na melhoria das condições de produção e produtividade da pequena agricultura.

As grandes empresas agrícolas e a agroindústria também podem ter um papel importante, mas a sua ação deve ser regulada para que o seu modo de produção seja baseado em trabalho intensivo, com contratos estáveis e adequadamente remunerados, e recompense devidamente todos aqueles que viram as suas terras confiscadas.

No entanto, algumas situações parecem pouco prováveis. Entre elas que os países africanos, em geral, venham a fazer um esforço concertado e intenso para o desenvolvimento da agricultura nos seus países, o que exige dedicar uma percentagem maior do seu PIB a esse setor durante um longo período de tempo. Outra situação pouco provável seria uma parceria de poder igual entre os países africanos e as agências internacionais com o intuito de promover o desenvolvimento da agricultura e com isso reduzir a insegurança alimentar e pobreza no continente africano, e promover o crescimento económico a partir das bases. A generalidade dos países africanos continuam a manter baixos níveis de investimento na agricultura e, sem condições internacionais mais favoráveis a agricultura africana dificilmente conseguirá impulsionar-se em direção ao progresso e alcançar o esperado potencial.

A partir de meados da década de 90, impulsionado também pelo crescimento económico vários países africanos registaram alguns avanços na agricultura, ainda que estes tenham sido lentos e pouco consistentes (Binswanger-Mkhize, 2009; Gelb *et al.*, 2000). Talvez haja razão para algum otimismo mas não em excesso porque o continente africano ainda não encontrou maneira de desenvolver o seu setor agrícola a partir da pequena agricultura. Também é um sinal positivo o facto de o desenvolvimento da agricultura africana, atualmente se processar num contexto de

maior crescimento económico do que em comparação com o verificado nas décadas de 80 e 90. Neste sentido, o crescimento económico pode ter efeitos positivos no desenvolvimento agrícola, através de maior investimento Estatal no setor ou de investimentos privados. Todavia, para Bryceson (2000) os constantes choques e crises que o pequeno agricultor teve de enfrentar, estão a torná-lo gradualmente numa unidade económica e social cada vez mais inviável e insustentável.

Com esta investigação pretendia-se perceber qual era a capacidade produtiva do pequeno agricultor e a sua capacidade de assegurar a segurança alimentar. A resposta a estas questões foi sendo apresentada ao longo dos capítulos desta dissertação, concluindo-se que a pequena agricultura em termos práticos possui uma capacidade produtiva muito baixa, mas um enorme potencial.

No decorrer desta dissertação o investigador deparou-se com várias limitações: o imenso material literário sobre o tema e a ausência de dados empíricos (pesquisa de terreno) tornaram o processo de investigação bastante mais moroso, principalmente por o investigar não ser um conhecedor prévio dos temas que estava a tratar. Além disso, sendo um tema muito vasto, um dos desafios maiores foi identificar a literatura mais relevante e selecionar as questões mais abrangentes a tratar.

Para futuras investigações, seria claramente interessante procurar aprofundar mais a análise das várias perspectivas e modelos de transformação agrária para o continente africano. Esta investigação poderia ainda ser aprofundada através da análise de estudos de caso em países africanos e o seguimento das transformações agrárias em situações concretas. As preocupações que deram origem a esta investigação continuam, no entanto, de importância capital: qual poderá ser o futuro dos milhões de pequenos agricultores que estão cada vez mais vulneráveis mas que dependem da agricultura dado que existem muito poucas alternativas noutros setores? Qual é o futuro da segurança alimentar em África, e como será providenciada?



## Referências Bibliográficas:

- Adejumobi, S. (2006, April). *Governance and Poverty Reduction in Africa: A Critique of the Poverty Reduction Strategy Papers (PRSPs)*. Paper Presented to the Inter-Regional Conference on Social Policy and Welfare Regimes in Comparative Perspectives, Austin, U.S.A.
- Albuquerque, R. (2012). *O dilema do crescimento económico africano: Impressionantes taxas de crescimento do PIB da África Subsaariana e os índices de fome e desnutrição da região, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Curso de Relações Internacionais*. Acedido em 25 Maio 2015 em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2012/11/09/o-dilema-do-crescimento-economico-africano-impressionantes-taxas-de-crescimento-do-pib-da-africa-subsaariana-e-os-indices-de-fome-e-desnutricao-da-regiao/>
- Amalu, U. & Gottwald, F.T. (2004). *Studies of sustainable agriculture and animal science in SubSaharan Africa*. Frankfurt am Main, Germany: Peter Lang – International Academic Publishers Moosstrasse.
- Asenso-Okyere, K. & Jemaneh, S. (2011). *Increasing Agricultural Productivity and Enhancing Food Security in Africa – New Challenges and Opportunities. Synopsis of an International Conference*. Washington, DC: International Food Policy Research Institute.
- Ayittey, G. (2005). *Africa Unchained – The Blueprint for Africa’s Future*. New York, Palgrave MacMillan.
- Bello, W. (2008). *Destroying African Agriculture* em Foreign Policy in Focus. Acedido em 12 de Agosto de 2015 em: [http://fpif.org/destroying\\_african\\_agriculture/](http://fpif.org/destroying_african_agriculture/).
- Bernstein, H. & Oya, C. (2014). *Rural Futures: How much should markets rule?*. IIED Working Paper. IIED, London.
- Binswanger-Mkhize, H. (2009). *Challenges and Opportunities for African Agriculture and Food Security – High food prices, climate change, population growth, and HIV and AIDS*. FAO

- Expert meeting on How to feed the World in 2050. Food and Agriculture Organization. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-ak542e/ak542e16.pdf>.
- Binswanger-Mkhize, H. & Byerlee, D. (2009). *Awakening Africa's Sleeping Giant. Prospects for Commercial Agriculture in the Guinea Savannah Zone and Beyond*. Washington, DC: The World Bank.
- Bonilla, E. & Robinson, S. (2009). Macroeconomics, Macro sectoral Policies and Agriculture in Developing Countries. In R. Evenson, P. Pingali (Eds.), *Handbook of Agricultural Economics: Agricultural Development 4* (61) (pp. 3035-3197). Oxford, UK: Elsevier.
- Bryceson, D. (2000). African Peasants Centrality and Marginality: Rural Labour Transformations. In D. Bryceson, C. Kay & J. Mooij (Eds.), *Disappearing Peasantries: Rural Labour in Africa, Asia and Latin America* (pp. 37-63). London: IT Publications. (This is a pre-proofs final draft of Chapter 3)
- Bryceson, D. (2009). Sub-Saharan Africa's Vanishing Peasantries and the Specter of a Global Food Crisis. *Monthly Review*, 61 (3), 48-62.
- Cabral, L. & Scoones, I. (2006). *Narrative of Agricultural Policy in Africa: What Role for Ministries of Agriculture?*. (Research Paper 1). Future Agricultures. Disponível em: [http://r4d.dfid.gov.uk/PDF/Outputs/futureagriculture/FAC\\_Research\\_Paper\\_No1.pdf](http://r4d.dfid.gov.uk/PDF/Outputs/futureagriculture/FAC_Research_Paper_No1.pdf).
- Chopra, M. (2004). *Food security, rural development and health equity in Southern Africa*. (Discussion Paper 22). Harare, Zimbabwe: Regional Network for Equity in Health in Southern Africa (EQUINET). Disponível em: <http://www.equinetfrica.org/bibl/docs/DIS22pov.pdf>.
- Clapp, R. (1994). The Moral Economy of the Contract. In P. Little, & M. Watts (Eds.), *Living under Contract – Contract Farming and Agrarian Transformation in Sub-Saharan Africa* (pp. 78-95). London: The University of Wisconsin Press.
- Clover, J. (2003). Food Security in Sub-Saharan Africa. *African Security Review*, 12 (1), 5-15.
- Collier, P. (2007). *The bottom billion: Why the poorest countries are failing and what can be done about it*. Oxford, England: Oxford University Press.
- Collier, P. (2008). The politics of hunger. How illusion and greed fan the food crisis. *Foreign Affairs*, 96 (6), 67-69.
- Collier, P. & Dercon, S. (2009). *African Agriculture in 50 Years: Smallholders in a Rapidly Changing World?*. Presented at the FAO Expert Meeting on How to Feed the World in 2050. Rome: FAO
- Collier, P. & Gunning, J. (1999). Why Has Africa Grown Slowly?. *Journal of Economic Perspectives*, 12 (3), 3-22.
- Costa, A. (2005). Género e poder nas famílias da periferia de Maputo. *Revue Lusotopie* XII, 203-216;

- Daddieh C. K. (1994). Contract Farming and Palm Oil Production in Côte d'Ivoire and Ghana. In P. Little, & M. Watts (Eds.), *Living under Contract – Contract Farming and Agrarian Transformation in Sub-Saharan Africa* (pp. 188-215). London: The University of Wisconsin Press.
- Delgado, C. (1995). *Africa's Changing Agricultural Development Strategies: Past and Present Paradigms as a Guide to the Future*. (Food, Agriculture, and the Environment Discussion Paper 3). Washington, DC: International Food Policy Research Institute. Disponível em: <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/16235/1/dp3.pdf>.
- Dercon, S. (2009). Rural Poverty: Old Challenges in New Contexts. *The World Bank Research Observer*, 24 (1), 1-28.
- Diao, X., Hazell, P., Resnick D. & Thurlow J. (2006). *The role of agriculture in development: Implications for Sub-Saharan Africa*. (DSGD Discussion Paper 29). Washington, DC: International Food Policy Research Institute. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.436.554&rep=rep1&type=pdf>.
- Dumont, R. (1962). *L'Afrique noire est mal partie*. Collections Esprit. Paris, France: Editions du Seuil (Etampes, Impr. la Semeuse)
- Ellis, F. (2005, June). *Small farms, livelihood diversification and rural-urban transitions: Strategic issues in Sub-Saharan Africa*. Paper presented at the conference The Future of Small Farms, organized by the International Food Policy Research Institute, Overseas Development Institute, and Imperial College, London, Withersdane Conference Centre, Wye, UK.
- FAO (2009). How to Feed the World: The special challenge for sub-Saharan Africa. High Level Expert Forum. Rome: FAO.
- Friedmann, J. (1996). *Empowerment: uma Política de Desenvolvimento Alternativo*. Oeiras, Celta Editora Lda.
- Gelb, A., Ali, A. G., Dinka, T., Elbadawi, I., Soludo, C., & Tidrick, G. (2000). *Can Africa Claim the 21st century?*. Washington, DC: The World Bank.
- Gollin, D. (2014). Smallholder agriculture in Africa: An overview and implications for policy. *IIED Working Paper*. IIED, London.
- Haggblade, S. & Hazell, P. (2010). *Successes in African agriculture: lessons for the future*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Harsch, E. (2003). África beyond famine: New strategies needed to combat hunger, disease and rural poverty. *Africa Recovery*, 17 (1), 1-22.
- Harvey, P. (2004). *HIV/AIDS and humanitarian action*. (Humanitarian Policy Group Report 16). London: Overseas Development Institute. Disponível em: <http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/283.pdf>.

- Havnevik, K. (2011). Grabbing of African lands for energy and food: implications for land rights, food security and smallholders. In P. Matondi, K. Havnevik & A. Beyene (Eds.), *Biofuels, Land Grabbing and Food Security in Africa* (pp. 20-43). London, England: Zed Books.
- Heidhues, F. & Obare, G. (2011). Lessons from Structural Adjustment Programmes and their Effects in Africa. *Quarterly Journal of International Agriculture*, 50 (1), 55-64.
- Holmén, H. (2011). The Millennium Goals, The State and Macro-level Performance – an Overview. In G. Djurfeldt, E. Aryeetey & A. Isinika (Eds.), *African Smallholders: Food Crops, Markets and Policy* (pp. 45-73). Wallingford, Oxford, UK: CAB International.
- Hope, K.R. (1997). *Structural Adjustment, Reconstruction and Development in Africa*. Aldershot, England: Ashgate Publishing Ltd.
- Iliffe, J. (1999). *Os Africanos – história dum continente*. Lisboa, Portugal: Terramar.
- Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). (2007). *Climate Change 2007: Synthesis Report*. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, Pachauri, R.K and Reisinger, A. (Eds.)]. Geneva, Switzerland: IPCC.
- Jama, B., Harawa, R., Kiwia, A., Rarieya, M., Kimani, D., Zeila, A. & Scarpone, J. (2013). Improving Soil Health in Africa: Challenges and Promising Solutions. In J. von Braun, M. Bwalya, R. Caldwell, T. Elhaut, N. Ngongi, R. Osei & G. Toenniessen (Eds.), *Africa Agriculture Status Report: Focus on Staple Crops* (pp. 42-51). Nairobi, Kenya: Alliance for Green Revolution in Africa (AGRA).
- Jayne, T., Mather, D. & Mghenyi, E. (2005). *Smallholder Farming in Difficult Circumstances: Policy issues for Africa*. Paper presented at the conference The Future of Small Farms, Imperial College, London. International Food Policy Research Institute (IFPRI) & Overseas Development Institute.
- Jayne, T., Mather, D. & Mghenyi, E. (2010) Principal Challenges Confronting Smallholder Agriculture in Sub-Saharan Africa. *World Development*, 38 (10), 1384-1398
- Jayne, T., Villarreal, M., Pingali, P. & Hemrich, G. (2005b). HIV/AIDS and the agricultural sector in Eastern and Southern Africa: Anticipating the consequences. In S. Gillespie (Eds.), *AIDS, poverty and hunger: Challenges and responses* (pp. 141-166). Washington, DC: International Food Policy Research Institute.
- Jayne, T., Yamano, T., Weber, M., Tschirley, D., Benfica, R., Chapoto, A. & Zulu, B. (2003) Smallholder Income and Land Distribution in Africa: Implications for Poverty Reduction Strategies. *Food Policy*, 28 (3), 253-275.
- Kanji, N. & Jazdowska, N. (2010). Structural Adjustment and Women in Zimbabwe. In M. Turshen (Ed.), *African Women: A Political Economy* (pp. 97-112). New York, USA: Palgrave MacMillan.

- Kariuki, J. (2011). *The Future of Agriculture in Africa* (The Pardee Papers, no. 15). Boston, USA: The Frederick S. Pardee Center for the Study of the Longer-Range Future at Boston University. Acedido em Julho de 2015 em: <http://www.bu.edu/pardee/files/2011/11/15-PP.pdf?PDF=pardee-papers-15-africa>
- Kent, R. & Poulton, C. (2008). *Marginal Farmers: a review of the literature*. Concern International, Ireland.
- Kerr, G. (2013). *Uma Breve História de África – Das Origens da Raça Humana à Primavera Árabe*. Lisboa, Portugal: Bertrand Editora.
- Kidane, W., Maetz, M., & Dardel, P. (2006). *Food Security and Agricultural Development in sub-Saharan Africa: Building a Case for more Public Support*. (Policy Assistance Series 2 – Main Report). Rome, Italy: FAO.
- King, D. (2005). *Discussant Remarks*. Paper presented at the conference The Future of Small Farms, Imperial College, London. International Food Policy Research Institute (IFPRI) & Overseas Development Institute.
- Kroma, M. (2013). *The Role of Women in Africa's Smallholder Agriculture: Status, Trends, and Opportunities*. In J. von Braun, M. Bwalya, R. Caldwell, T. Elhaut, N. Ngongi, R. Osei & G. Toenniessen (Eds.), *Africa Agriculture Status Report: Focus on Staple Crops* (pp. 141-149). Nairobi, Kenya: Alliance for Green Revolution in Africa (AGRA).
- Lele, U. (1989). *Managing agricultural development in Africa: three articles on lessons from experience*. (Managing Agricultural Development in Africa (MADIA) discussion paper 2). Washington, DC: The World Bank.
- Levine, S. & Levine R. (1985). *Age, Gender, and the Demographic Transition: The Life Course in Agrarian Societies*. In A. Rossi (Ed.), *Gender and the Life Course* (pp. 29-42). New York, USA: Aldine de Gruyter.
- Little P. (1994). *Contract Farming and the Development Question*. In P. Little, & M. Watts (Eds.), *Living under Contract – Contract Farming and Agrarian Transformation in Sub-Saharan Africa* (pp. 216-247). London, England: The University of Wisconsin Press.
- Little P. & Watts, M. (1994). *Introduction*. In P. Little, & M. Watts (Eds.), *Living under Contract – Contract Farming and Agrarian Transformation in Sub-Saharan Africa* (pp. 3-20). London, England: The University of Wisconsin Press.
- Matondi, P. B., Havnevik K. & Beyene A. (2011). *Introduction: biofuels, food security and land grabbing in Africa*. In P. Matondi, K. Havnevik & A. Beyene (Eds.), *Biofuels, Land Grabbing and Food Security in Africa* (pp. 1-19). London, England: Zed Books.
- Matondi, P. B., Havnevik, K., Beyene A. (2011b). *Conclusion: land grabbing, smallholder farmers and the meaning of agro-invester-driven agrarian change in Africa*. In P. Matondi, K. Havnevik & A. Beyene (Eds.), *Biofuels, Land Grabbing and Food Security in Africa* (pp. 176-195). London, England: Zed Books.

- Matondi, P. B. and Mutopo, P. (2011). Attracting foreign direct investment in Africa in the context of land grabbing for biofuels and food security. In P. Matondi, K. Havnevik & A. Beyene (Eds.), *Biofuels, Land Grabbing and Food Security in Africa* (pp. 68-89). London, England: Zed Books.
- Mayne, R. (2006). *Causing Hunger: an overview of food crisis in Africa*. Oxfam Briefing Paper 91.
- Mosca, J. (2008). *Agricultura e desenvolvimento em África*. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget.
- Mosca, J. & Zanzala, J. (2006). *Economia dos PALOP: seminário internacional sobre a economia dos PALOP*. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget.
- Mukonyora, B. & Bugo, N. (2013). Financing African Agriculture: and Imperative for Inclusive Innovative Financing. In J. von Braun, M. Bwalya, R. Caldwell, T. Elhaut, N. Ngongi, R. Osei & G. Toenniessen (Eds.), *Africa Agriculture Status Report: Focus on Staple Crops* (pp. 70-83). Nairobi, Kenya: Alliance for Green Revolution in Africa (AGRA).
- Murphy, S. (2012). *Changing Perspectives: Small-scale farmers, markets and globalization* (revised edition). London, England: International Institute for Environment and Development (IIED)/Hivos. Disponível em: <http://www.ictsd.org/downloads/2012/08/changing-perspectives-small-scale-farmers-markets-and-globalisation-murphy-iied.pdf>
- Murphy, S. (2013). *Land Grabs and Fragile Food Systems – Role of Globalization. Institute of Agriculture and Trade Policy*. Disponível em: [http://www.iatp.org/files/2013\\_02\\_14\\_LandGrabsFoodSystem\\_SM\\_0.pdf](http://www.iatp.org/files/2013_02_14_LandGrabsFoodSystem_SM_0.pdf).
- Mwaniki, A. (2006) Achieving Food Security in Africa: *Challenges and Issues*. Acedido em 26 Junho 2015 em: [http://zunia.org/sites/default/files/media/node-files/ac/157163\\_Achieving%20Food%20Security%20in%20Africa-Challenges%20and%20Issues1.pdf](http://zunia.org/sites/default/files/media/node-files/ac/157163_Achieving%20Food%20Security%20in%20Africa-Challenges%20and%20Issues1.pdf)
- Nagayets, O. (2005). *Small Farms: Current status and key trends*. Paper presented at the conference The Future of Small Farms, Imperial College, London. International Food Policy Research Institute (IFPRI) & Overseas Development Institute.
- Narayanan, S. & Gulati, A. (2002). *Globalization and the Smallholders: A review of issues, approaches, and implications*. (MSSD discussion paper 50). Washington, DC: International Food Policy Research Institute/The World Bank.
- Nash, J., Halewood, N. & Melhem, S. (2013). *Unlocking Africa's Agricultural Potential: an action agenda for transformation*. Africa region sustainable development series. Washington, DC: The World Bank.
- Nicola, A. (2003). *Briefing Paper: Agricultural trade, globalisation and farm workers*. Centre for Rural Legal Studies (CRLS). Disponível em: <http://www.crls.org.za/documents/Briefing%20paper%20agric%20trade.pdf>.

- Null, T. M. (2011). Agriculture in sub-Saharan Africa. *Rollin Undergraduate Research Journal*, 5 (2), article 3. Disponível em: <http://scholarship.rollins.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1049&context=rurj>.
- Oya C. & Santamaría A. (2007). Desarrollo Agrícola, Transformaciones Agrárias y Agropesimismo en África. In C. Oya & A. Santamaría (Eds.), *Economía Política del Desarrollo en África* (pp. 133-160). Madrid, España: Akal.
- Robbins, P. & Ferris R. (2003). *The Impact of Globalization on the Agricultural Sectors of East and Central African Countries*. Ibadan, Nigeria: International Institute of Tropical Agriculture.
- SAPRI (Organization). (2004). *Structural adjustment: The SAPRI report: the policy roots of economic crisis, poverty, and inequality*. London, England: Zed Books.
- Staatz, J. & Dembélé, N. (2007). *Agriculture for Development in Sub-Saharan Africa*. Background paper for the World Development Report 2008 – Draft Version. World Bank.
- Stiglitz, J. (2002). *Globalism's Discontents*. Acedido em 20 Junho de 2015 em American Prospect. Disponível em: <http://prospect.org/article/globalisms-discontents>.
- Topouzis, D. & Du Guerny, J. (1999). *Sustainable agricultural/rural development and vulnerability to the AIDS epidemic*. Geneva, Switzerland: UNAIDS.
- Tweeten, L. (1999). The Economics of Global Food Security. *Applied Economic Perspectives and Policy*, 21 (2), 473-488.
- Watts, M. J. (1994). Life under Contract: Contract Farming, Agrarian Restructuring, and Flexible Accumulation. In P. Little, & M. Watts (Eds.), *Living under Contract – Contract Farming and Agrarian Transformation in Sub-Saharan Africa* (pp. 21-77). London, England: The University of Wisconsin Press.
- Wegner, L. and Zwart, G. (2011). *Who will feed the world? The production challenge*. Oxfam Research Report, Oxfam.
- Wiggins, S., Kirsten, J. & Llambi, L. (2010). The Future of Small Farms. *World Development*, 38 (10), 1341-1348.
- World Bank. (2007). *Agriculture for development: World development report 2008*. Washington, DC: The World Bank.
- Zhou, Y. (2010). Smallholder Agriculture, Sustainability and the Syngenta Foundation. Syngenta Foundation for Sustainable Agriculture. Disponível em: [http://www.syngentafoundation.org/temp/Smallholder\\_Agriculture\\_Sustainability\\_and\\_the\\_Syngenta\\_Foundation.pdf](http://www.syngentafoundation.org/temp/Smallholder_Agriculture_Sustainability_and_the_Syngenta_Foundation.pdf).

